

JORGE CARVALHO
RITA MARINHO

PLANEAMENTO DE EQUIPAMENTOS LOCAIS

PLANEAMENTO DE EQUIPAMENTOS LOCAIS

Jorge Carvalho

Rita Marinho

2013

Título Planeamento de Equipamentos Locais

Autores Jorge Carvalho e Rita Marinho

Edição Jorge Carvalho, Coimbra, 2013

Desenho da Capa e Formatação Gil Ribeiro

APRESENTAÇÃO

Este livro versa sobre Planeamento de Equipamentos Locais, justificando a sua necessidade, apontando critérios de satisfação relativos a cada equipamento e formulando metodologia de planeamento.

Tal metodologia assenta em quatro ideias fundamentais:

- Planeamento integrado e redes estruturantes às várias escalas territoriais, com centros locais integrados nessas redes estruturantes.
- Equipamentos integrados em centros locais.
- Respeito pelo existente; polivalência e complementaridade de e entre equipamentos.
- Iniciativa pública, com envolvimento de agentes, para concretização e, sobretudo, para a localização de equipamentos.

Este planeamento assenta, necessariamente, no conhecimento da população e das suas necessidades e no respetivo confronto com os equipamentos existentes. Mas, de acordo com as ideias formuladas, exige, para além disso:

- Visão integrada, traduzida em matriz articuladora de visões sectoriais sobre cada tipologia de equipamentos com perspectiva de ordenamento, identificando e considerando redes estruturantes e unidades territoriais de diversos âmbitos.
- Perspetiva executória, considerando e envolvendo os diversos agentes necessários à concretização e gestão dos equipamentos, os urbanísticos (proprietários e promotores) e os gestores dos equipamentos (públicos e privados).

O âmbito em que mais naturalmente poderá alcançar-se a pretendida visão integrada será a da elaboração de um plano estrutura-zonamento, orientador do desenho urbano, com opções estratégicas e orientações executórias. Falando de equipamentos locais, a escala mais adequada - ainda abrangente, mas já suficientemente próxima - afigura-se a do Plano de Urbanização.

Para que a localização dos equipamentos não ocorra de forma casuística, como tantas vezes tem acontecido, afigura-se indispensável integrá-los em operação urbanística planeada, o que, no quadro legal em vigor, se traduz em Unidade de Execução.

Este livro poderia chamar-se, então, “Planeamento de Equipamentos Locais, no quadro de um Plano de Urbanização, com recurso a Unidades de Execução” Integra, assim, uma perspetiva integrada do Autor sobre dinâmicas e problemas atuais de territórios urbanos e sobre um caminho possível para os ordenar.

Uma nota final: este livro foi de facto escrito em 2008, sendo que por vicissitudes várias só agora é editado. Para tal, foi objeto de revisão e de alguns ajustes decorrentes de alterações legislativas, nomeadamente sobre equipamentos escolares. Agradecemos a contribuição, em tais tarefas, da Ana Blanco e do Gil Ribeiro.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Equipamentos: conceito, identificação e finalidades	9
1.2. Planeamento de equipamentos - justifica-se atualmente?	10
2. PLANEAMENTO DE EQUIPAMENTOS	19
2.1. Prática recente	19
2.2. Critérios <i>standard</i>	25
2.3. Formulação de metodologia	45
3. CONCEITO TERRITORIAL DE “LOCAL”	58
3.1. Unidades Territoriais às várias escalas	58
3.2. Unidade Territorial de Base assumida como escala “Local”	61
3.3. Dimensionamento da UTB em função dos equipamentos	62
4. PLANEAMENTO DE EQUIPAMENTOS LOCAIS	65
4.1. Recomendações metodológicas	65
4.2. Apresentação de caso:	
Planeamento de Equipamentos no quadro da elaboração	
do Plano de Urbanização de Oliveira de Azeméis	69
Bibliografia	81

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I. Critérios <i>Standard</i> para Planeamento de Equipamentos	26
Quadro II. População Residente em Portugal em 2020 – Projeção INE . .	30
Quadro III. Agrupamento de Equipamentos	51
Quadro IV. Matriz de articulação entre Equipamentos e Escalas Territoriais, exemplo Educação	52
Quadro V. Tipologia de Equipamentos por População das UTB	63

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Esposende/Fão - Área de Influência pedonal de Jardins de Infância	32
Figura 2: Processo de Planeamento de Equipamentos	45
Figura 3: Metodologia de Elaboração de Proposta de Equipamentos	47
Figura 4: PU de Oliveira de Azeméis - Matriz de Ordenamento	72
Figura 5: PU de Oliveira de Azeméis - Ficha de Equipamentos	74
Figura 6: PU de Oliveira de Azeméis - Proposta de Centro Local	75
Figura 7: PU de Oliveira de Azeméis - Ficha de Intervenção Estratégica . . .	79

1. INTRODUÇÃO

1.1. Equipamentos: conceito, identificação e finalidades

O termo “equipamentos”, que nalguns casos se confunde com a expressão “infraestruturas” (ver, nomeadamente, literatura francesa), assumido como abreviatura de “equipamentos coletivos”, pode ser definido como *edificações onde se localizam as atividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações*¹.

Com o desenvolvimento da sociedade e a afirmação do Estado Providência, foram sendo constituídas redes de numerosos equipamentos coletivos públicos que desempenham uma importante função social, sendo também designados, frequentemente e por isso mesmo, como “equipamentos sociais”.

Estes equipamentos são normalmente identificados numa perspetiva sectorial, podendo ser nomeados, designadamente, os de saúde, educação, desporto, cultura, ação social, recreio e lazer, proteção civil, abastecimento, administração.

Os equipamentos devem também ser identificados em função da respetiva abrangência (territorial e demográfica), podendo ser classificados como:

- de âmbito nacional;
- de âmbito regional ou sub-regional;
- de âmbito municipal ou de “cidade alargada”²;
- de âmbito local (escala de “bairro”).

Destes equipamentos nem todos são públicos, coexistindo com os de natureza cooperativa, mutualista ou privada, sendo que atualmente, em fase liberal, estes últimos tendem a um crescimento significativo.

¹ DGOTDU, 2002, p. 6

² Carvalho, 2003, p. 420

Também nem todos os equipamentos pressupõem uma programação pública. É o caso dos que se foram mantendo no âmbito da iniciativa privada, nomeadamente os de abastecimento (comércio retalhista), que não são sequer considerados equipamentos (salvo os espaços de feira e de mercado). É também o caso dos equipamentos não considerados “básicos”, o que tem acontecido com alguns desportivos, por exemplo os campos de golfe³.

O presente trabalho incide, então, em “equipamentos coletivos, sociais, básicos”, cuja existência deverá ser assegurada pelo Estado, independentemente de serem públicos, privados ou cooperativos.

De entre estes, aborda sobretudo os equipamentos de influência local, e apenas os que, para além do serviço prestado, constituem também potencial de animação e encontro da população e de estruturação do território.

Os equipamentos, diversos entre si, cada um com a sua função específica, assumem, quando encarados globalmente, as seguintes finalidades⁴:

- Prestação de serviços à população, revelando-se indispensáveis à sua qualidade de vida.
- Desenvolvimento, no sentido lato (note-se, nomeadamente, o consenso sobre o papel da formação, ou da justiça, ou da saúde - e dos correspondentes equipamentos – como motores de desenvolvimento).
- Ordenamento do território, assumindo-se que a existência de equipamentos influencia dinâmicas de ocupação e processos de sociabilização e sendo óbvio que origina fluxos de tráfego.
- Afirmação de cada território num quadro de competitividade/prestígio, revelando capacidade para atrair pessoas, investimentos, iniciativas.

³ Lobo, 1996, p. 177

⁴ Antunes, 2005, p 5

Tais finalidades terão que ser, portanto, também, as de qualquer eventual planeamento e programação de equipamentos.

1.2. Planeamento de Equipamentos – justifica-se atualmente?

Será que o planeamento de equipamentos se justifica atualmente?

O funcionamento da sociedade humana e, correspondentemente, a ocupação do território, têm sofrido nas últimas décadas alterações muito profundas, em grande parte assentes na mobilidade e provocando uma concentração desconcentrada em metrópoles e conurbações urbanas:

- “concentração”, já que o abandono do mundo rural e o afluxo a territórios e vivências urbanas não pára de crescer;
- “desconcentrada”, uma vez que os territórios urbanos emergentes já não são contínuos/concentrados, integrando nebulosas de fragmentos edificados e de construção dispersa, que se interpenetram com espaços florestais e antigos assentamentos agrícolas mais ou menos abandonados e expectantes.

Deparamo-nos, pois, com Cidades-Território, ainda centradas na cidade principal (áreas metropolitanas), articulando cidades entre si (conurbações) e estendendo-se por territórios muito vastos (*metapolis*, na designação de François Ascher⁵).

As cidades vão atenuando a anterior hierarquia e o correspondente nível, também hierarquizado, de serviços e equipamentos, para se organizarem em redes que pressupõem complementaridade, mas também e sobretudo competitividade.

Este espalhar das edificações e das correspondentes funções pelo território foi viabilizado pelo estender das infraestruturas (eletricidade, vias e telecomunicações) e sobretudo pelo automóvel privado, que aproxima as

⁵ Ascher, 1998, p. 111

diversas partes do território e introduz a mobilidade como característica, nova, do cidadão e da vivência urbana⁶.

Na cidade emergente a mobilidade passou a constituir a base de relações sociais e espaciais. O conceito de proximidade passou a basear-se mais no tempo do que na distância. A sociabilidade de vizinhança foi sendo substituída por outras, baseadas em nichos de interesses, espalhados pelo território. O próprio conceito de vizinhança vai sendo questionado, referindo Elsa Pacheco⁷: *os espaços e os tempos alicerçam-se em dimensões completamente diferentes das tradicionais, pautando-se pela facilidade em criar relações e alianças, as quais resultam em novas formas de vizinhança, de grupos e comunidades, que alguns vão referindo como virtuais e/ou independentes de geografia.*

Às alterações que vão ocorrendo no âmbito da ocupação do território, da mobilidade e da sociabilidade, há que acrescentar, no quadro de uma sociedade que valoriza a livre escolha e a livre iniciativa, a alteração de paradigmas relativamente ao papel do Estado. Refere Álvaro Domingues⁸ que *a crise fiscal e orçamental do Estado, a pressão crescente da liberalização, da globalização e da desregulação dos mercados, o avanço rápido das políticas neoliberais e a caminhada para um modelo de Estado “minimal”, interrompem drasticamente a consolidação do Estado Providência sem que, entretanto, a denominada Sociedade Civil tenha ganho uma efetiva importância enquanto parceiro de substituição de algumas políticas assistencialistas públicas.*

Perante todas estas alterações, muito profundas, aflora a questão de saber se, numa sociedade de ocupação dispersa e de grande mobilidade, que valoriza a livre escolha e a livre iniciativa, em que vão sendo crescentemente entregue a

⁶ Carvalho, 2007B, p. 17

⁷ Pacheco, 2003, p. 174

⁸ Domingues, 2003, p. 174

privados funções anteriormente desempenhadas pelo Estado, continua a justificar-se programação de equipamentos (pelo Estado).

Cientes de que qualquer resposta à questão formulada é inevitavelmente influenciada por pressupostos ideológicos, procuraremos tanto quanto possível argumentos de racionalidade e de rigor para fundamentar a opinião de que: sim, é necessário planejar e programar equipamentos.

Centremo-nos, para começar, nas questões de ordenamento e mobilidade.

A utilização do automóvel individual permite, efetivamente, que uma população espalhada pelo território aceda a qualquer local e também, portanto, aos diversos equipamentos.

Mas tal situação, criando a vantagem genérica da livre escolha, encerra profundas desvantagens:

- a de um consumo de solo excessivo e muitas vezes desadequado;
- a do maior custo da maioria das infraestruturas de suporte a esta ocupação;
- a do enorme consumo de energia e a das externalidades ambientais negativas provocados pelas numerosas deslocações;
- na própria qualidade de vida, já que obriga a população a deslocações morosas, muitas vezes consideradas desagradáveis.

De notar, ainda, que esta mobilidade tem sido viabilizada por recursos energéticos baratos. Perante o anunciado esgotamento do petróleo e sem estarem ainda asseguradas soluções alternativas de custo similar, poderá ocorrer, num futuro próximo, a inversão desta dinâmica de espalhamento das edificações e de multiplicação das deslocações em automóvel privado.

A atual ocupação do território não dispensa, portanto, a necessidade de ser ordenada, considerando e eventualmente contrariando as dinâmicas instaladas, prosseguindo uma melhor utilização dos recursos disponíveis e uma melhor qualidade de vida das populações.

A localização de equipamentos é componente integrante desse ordenamento (do território e da mobilidade), por revelar capacidade para atrair pessoas e investimentos e por ser geradora de fluxos de trânsito.

Centremo-nos na evolução do papel do Estado.

Atitudes radicais, decorrentes do acreditar que o mercado, por si só, geraria desenvolvimento e ordenamento, não se afiguram fundamentadas. Da experiência de Governo Thatcher resultou o retorno à defesa do papel do Estado, não obstante a manutenção de um quadro de privatizações crescentes e pretendendo-se agora um Estado mais dinamizador, dialogante e fiscalizador do que normativo e executante.

Reconhecida a necessidade de Estado, afigura-se que, seja qual for a sua natureza, o ordenamento do território - referente a uma multitude de recursos e de agentes, disciplinador, dinamizador e coletivo por definição - não poderá deixar de ser uma das suas atribuições.

O mesmo se poderá dizer relativamente ao planeamento de equipamentos (sejam eles predominantemente públicos ou privados), face à sua importância para o ordenamento e, sobretudo, pelo que representam na prestação de serviços à população.

É evidente que tal planeamento terá que articular-se e integrar-se na sociedade e no território e considerar as respetivas dinâmicas. O planeamento é, hoje, tão necessário como o foi outrora, mas mais difícil, exigindo objetivos, conteúdos e métodos adequados à situação atual.

Numerosos autores referem características recentes da ocupação do território que exigem atuações diferentes das de antes, no que respeita aos equipamentos. Citando algumas (e alguns):

- Os habitantes das metápoles vivem cada vez menos numa única comuna: a habitação, os empregos, os locais de compras e de tempos livres estão geralmente situados em vários territórios comunais. Do mesmo modo, um conjunto crescente de equipamentos públicos já não pode ser concebido

nem funcionar à escala comunal. À multicomunalidade das redes clássicas (transportes coletivos, saneamento, eletricidade, água, etc.), juntam-se as redes de escolas, dos centros culturais e desportivos, dos parques e jardins, dos tecnopólos⁹.

- À escala do “sistema de equipamentos”, é necessário ultrapassar barreiras longamente fixadas (por via das tutelas, por exemplo, ou do excesso de normalização dos perfis de funcionamento) e aproveitar economias de rede que facilitem a conceção e operacionalidade de projetos transversais (através da articulação interinstitucional, mobilizando escolas, museus, bibliotecas, teatros, “casas de cultura”, centros de juventude, equipamentos desportivos, etc.) dirigidos a alvos (ou objetivos) bem definidos¹⁰.

- A desadequação entre a plasticidade socio-territorial e a rigidez dos quadros administrativos resulta da transição de uma ordem urbana baseada nas distâncias curtas, na contiguidade territorial, na proximidade física e num certo enraizamento das populações, para uma outra, de tipo relacional (entre locais não necessariamente próximos ou contíguos), baseada na mobilidade de raio alargado, no aumento do índice de motorização, na instabilidade dos locais de residência, trabalho, escola, lazer, etc., e, por isso, na instabilidade dos movimentos pendulares. Uma tal tendência introduz mudanças drásticas nos modelos de localização dos equipamentos coletivos e na relação destes com as zonas residenciais ou não residenciais¹¹.

A programação de equipamentos exige também, por parte do Estado (Central e Local), que sejam consideradas as entidades que irão construir e gerir os equipamentos, o que pressupõe processos de participação e negociação. A opção por uma maior privatização torna o processo mais abrangente, mais rico (em meios, desafios e exigência de criatividade) e mais complexo, exigindo maior abertura e flexibilidade, mas também, por isso

⁹ Ascher, 1998, p. 111

¹⁰ Portas, 2003, p. 88

¹¹ Domingues, 2003, p. 180

mesmo, objetivos e critérios muito rigorosos e perceptíveis e capacidade mobilizadora para os alcançar.

Além disso, há que referir que, por ora, a maioria dos equipamentos se mantém na propriedade e competência pública e que, no que respeita aos privados (sobretudo equipamentos assistenciais e mesmo empresariais) se verifica uma significativa participação pública no seu financiamento.

A dimensão do investimento público neste domínio – seja direto, seja de apoio financeiro a privados – é mais uma razão para que se exija ao Estado planeamento e programação muito cuidada dos equipamentos (e da utilização dos dinheiros públicos) para que a sua ação seja mais eficaz e eficiente.

Aborde-se, por último, a questão das relações de vizinhança, aspeto que será à frente retomado, já que este trabalho incide sobretudo em equipamentos locais.

Refere Paula Guerra¹²: *O grande desafio que se coloca hoje à cidade – e particularmente a quem a gere – é o de ter capacidade de controlar as tendências de uma cada vez maior segregação socio-espacial, fazendo emergir uma cidade recortada, onde parece cada vez mais difícil recompor uma unidade urbana integrada.*

*Sabemos que a entidade que apelidamos de bairro (...) corporiza um tipo ideal de vida em sociedade à escala humana. Aliás, a questão do alojamento tem sido colocada no âmbito das políticas urbanas na medida em que se entende que o primeiro plano de realização humana passa pela sua satisfação no espaço de vida doméstico. Mas o bairro não deve ser assumido como essência da vida humana, sobretudo, numa época em que a escala do ator social já não pode determinar o todo, pois a urbanização facilitou uma organização mais ampla da vida económica e social*¹³.

¹² Guerra, 2003, p. 91

¹³ Guerra, 2003, p. 81 e 113

A sociabilidade de vizinhança (associada aos conceitos de proximidade e de “bairro”) tem, de facto, vindo a ser substituída por outras, baseadas em nichos de interesse espalhados pelo território. Esta diversificação e ampliação dos contactos sociais têm sido consensualmente consideradas como uma das características muito positivas da sociedade contemporânea, que decorre das atuais condições de mobilidade e da oferta no domínio das telecomunicações.

Afigura-se acertado, portanto, considerar que a essência da vida humana já não acontece no “bairro”. Não obstante, a quebra das relações de vizinhança tem vindo a ser considerada negativa, por levar a situações de isolamento e depressão e por não potenciar a vivência do espaço público. Tal vivência é, por muitos, considerada indissociável da qualidade de vida urbana, criadora de espaços de coesão social que atenuam dinâmicas de marginalidade, e importante, até, para o reforço da cidadania e da participação da população em questões locais de cariz público.

Não se trata de pretender atenuar a teia de relações, assente nas telecomunicações e na mobilidade, que enriquece a sociedade atual. Trata-se de considerar que esta não é incompatível, antes complementar, com a manutenção ou criação de relações de vizinhança, as quais apresentam as vantagens enunciadas e, nos dias de hoje, nem sequer constituem ameaça inibitória da liberdade individual, que antes ocorria em ambientes fechados.

Para uma vivência intensa dos espaços públicos, para o fortalecimento das relações de vizinhança, a existência de equipamentos locais, assim como de comércio e serviços de proximidade, revelam-se hoje, como outrora, da maior importância.

Assume-se, assim, que é necessário planear e programar equipamentos. Questionar tal necessidade implicaria questionar a utilidade do próprio Ordenamento do Território e das funções mais básicas do Estado.

Os equipamentos destinam-se à prestação de serviços indispensáveis à qualidade de vida das populações, exigem deslocações e potenciam processos de sociabilização. Constituem, pois, inevitavelmente, pontos de referência e de contacto na vivência móvel e de vizinhança do atual homem urbano, tal como acontecia na anterior vivência do urbano sedentário, mesmo que a teia de relações seja, como de facto é, muito diferente da de outrora.

Sendo a atual realidade – território e sociedade – agora bem diferentes, torna-se indispensável discutir o conteúdo e o método de planeamento a desenvolver pelo Estado. Tal discussão exige total abertura e, por isso mesmo, deve recusar também o preconceito, crescente e perigoso, de que toda a prática e saber acumulados devem ser abandonados.

2. PLANEAMENTO DE EQUIPAMENTOS

2.1. Prática recente

Da análise do sistema institucional e do quadro jurídico português resulta inequívoco que o Estado assume como sua responsabilidade assegurar a existência de equipamentos, de forma direta ou através de apoios e enquadramento de outras entidades.

Essa responsabilidade está distribuída entre Administração Central e Municípios, nos termos da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro (Atribuições e Competências dos Municípios) e da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Finanças Locais).

Está em curso, de acordo com o art.º 28º desta última, um processo de transferência de atribuições (e correspondentes competências e meios financeiros) do Governo para os Municípios. Radica na convicção, vulgarizada, de que tal descentralização, permitindo decisões mais próximas da população e de eventuais parceiros, possa pôr em prática o conceito de governação e tornar mais eficaz a aplicação dos dinheiros públicos. Mas há quem veja em tais medidas uma forma de *exportação das dificuldades orçamentais para os Municípios*, no quadro da *caminhada para um modelo de Estado minimal*¹⁴.

Em concreto, ocorreram muito recentemente transferências para os Municípios em matéria de educação, nomeadamente de equipamentos, apenas não incidindo em currículos escolares e pessoal docente.

Os programas e meios financeiros afetos pelo Orçamento Geral do Estado aos vários equipamentos têm sido geridos por cada um dos Ministérios, exprimindo visões predominantemente sectoriais. Documentos oficiais recentemente aprovados revelam alguma vontade de mudança, realçando a importância de os equipamentos serem perspectivados em rede e a vontade

¹⁴ Domingues, 2003, p. 174

de maior envolvimento das IPSS (Instituições Privadas de Solidariedade Social) e de investidores privados.

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) refere *deficiente programação do investimento público em infraestruturas e equipamentos coletivos, com insuficiente consideração dos impactos territoriais e dos custos de investimento e manutenção e incipiente desenvolvimento da cooperação territorial de âmbito supramunicipal*¹⁵. Mas, nos objetivos específicos e correspondentes medidas prioritárias associadas, fala sempre em redes, mas sectoriais, não destacando suficientemente a necessidade de as articular no território, salvo talvez quando refere a importância da mobilidade para o funcionamento dos equipamentos¹⁶.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) cria um eixo para *Equipamentos Estruturantes do Sistema Urbano Nacional*, perspectivado em função de Regiões (NUT II), Sub-Regiões (NUT III) e Centros Urbanos principais e abrangendo equipamentos especializados, de *elevada raridade ou grande área de influência*¹⁷. Espera-se que possa ser desenvolvido no quadro de elaboração dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, atenuando decisões casuísticas, muito dependentes de conjunturas e jogos de pressão.

O QREN, ainda, aponta para caminhos *inovadores* relativamente à prestação de serviços de proximidade, partindo de equipamentos existentes e procurando soluções de polivalência, utilização das tecnologias da informação e comunicação, envolvimento de atores económicos e sociais, articulação de ações de natureza material e imaterial¹⁸. Relativamente aos

¹⁵ PNPOT, Relatório, 24 Problemas para o Ordenamento do Território,

¹⁶ PNPOT, Programa de Acção, Objectivo Estratégico 4,

¹⁷ Plano Operacional Valorização do Território (POVT) 07/13, Equipamentos Estruturantes do Território Nacional, Regulamento Específico

¹⁸ POVT 07/13, Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano, Regulamento Específico

Equipamentos Desportivos¹⁹ refere a necessidade não apenas da sua articulação temática, mas também de os integrar em rede de equipamentos de base.

Ao nível Municipal estão em curso planos e dinâmicas tendentes à constituição de redes, mas sobretudo redes sectoriais, não considerando suficientemente as realidades e dinâmicas intermunicipais.

Estão realizadas, para quase todos os municípios, Cartas Educativas, que visam assegurar uma rede adequada de equipamentos de educação pré-escolar, ensino básico e secundário. A elaboração destas Cartas é de competência Municipal, sendo acompanhadas pelas Direções Regionais de Educação (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro). Afigura-se que a abordagem sectorial pode ter conduzido, nalguns casos, a planos de excessiva concentração, não considerando suficientemente o peso financeiro dos transportes escolares e, sobretudo, não contribuindo para o reforço de centralidades e vivências locais, as quais deverão assentar na conjugação de diversos tipos de serviços locais, incluindo diversos equipamentos, mas também comércio e outro terciário. A isto se voltará no ponto 4.1.

Está em curso, também, a elaboração de Cartas Desportivas em diversos concelhos, enquadráveis pelo QREN e estimuladas pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), entidade responsável pelo consequente apoio financeiro²⁰. Afigura-se que irão ter características similares às Educativas, as mesmas vantagens e as mesmas insuficiências.

De referir ainda a existência, na maioria dos concelhos, de uma Rede Social (regulada pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho e apoiada pelo Programa Operacional Emprego, cofinanciado pelo Fundo Social Europeu). Integra, em condições de pretensa igualdade, parceiros públicos e privados e

¹⁹ POVT 07/13, Infraestruturas e Equipamentos Desportivos, Regulamento Específico

²⁰ Ministério Ambiente e do Ordenamento do Território/ DGOTDU, 2006

visa a *erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e a promoção do desenvolvimento social*. A realçar, em tal experiência, a importante participação das IPSS e o estabelecimento, em parceria, de regras para a distribuição dos subsídios públicos.

Seria útil ir mais além e avaliar, com rigor, o retorno social do investimento público, nestes equipamentos como em todos os outros, em equipamentos privados (com ou sem fins lucrativos), mas também nos de iniciativa pública, alicerçando em factos decisões políticas que até agora se têm baseado sobretudo em convicções ideológicas.

A espacialização e articulação intersectorial entre redes de equipamentos (e, de uma forma geral, entre todas as redes estruturantes) deve ser perspectivada no âmbito da elaboração de Planos de Ordenamento do Território.

Já se referiu que se espera isso dos PROT, que deveriam ser capazes de articular as escalas nacional, regional e sub-regional.

Também os PMOT, à sua escala, de acordo com a lei (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial²¹), o deverão fazer. Têm como objetivo genérico o *estabelecimento de princípios e critérios subjacentes a opções de localização de equipamentos* (art.º 70º, g)). Deverão os equipamentos ser referidos em Planos Diretores Municipais (PDM) (art.º 85º, n.º 1, b)), dimensionados e inseridos urbanisticamente em Plano de Urbanização (PU) (art.º 88º, f)) e ter localização exata em Plano de Pormenor (PP) (art.º 91º, n.º 1 c) e i)).

Sabe-se que o País está coberto por PDM, fundamentalmente elaborados nos anos 90, e que estes apresentam entre si diferenças assinaláveis, nomeadamente na abordagem aos equipamentos. Apresentam abordagens detalhadas (nalguns casos), mas propostas muito genéricas e imprecisas (na

²¹ Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro

sua maioria); não suficientes, portanto, para uma adequada integração de cada equipamento.

Também foram elaborados planos de pormenor, não muitos. Mas esta não se afigura a escala adequada para dimensionar e localizar os equipamentos em rede, para pensar o território como um todo a estruturar, salvo quando as áreas que abrangem são de dimensão significativa.

A escala mais adequada para articular dimensionamento e localização com inserção urbanística, orientando já o desenho urbano mas deixando margens de acerto, seria a do plano de urbanização. Isto até porque, para total aproveitamento das suas sinergias, a grande maioria dos equipamentos se deveriam localizar em espaço urbano, ajudando a reforçar ou a constituir centralidades. Mas poucos planos de urbanização têm sido elaborados.

Em todos os casos, mesmo dispondo de um plano adequado para orientar a localização dos equipamentos, coloca-se a questão de como disponibilizar terreno para o efeito, sendo esta uma questão primordial.

Têm-se verificado, não poucas vezes, em muitos municípios, decisões sobre localização de equipamentos absolutamente contrárias a um bom ordenamento do território e até ao quadro legal em vigor.

Exemplificando, sem especificar, até porque casos destes são bem visíveis no território: *pretende-se construir uma escola; o município em vez de escolher a zona para tal prevista no Plano, instala-a no meio de pinhal, em solo rural, que por isso consegue adquirir mais barato; o Governo colabora na mudança do Plano, até porque o investimento é da sua competência*²². Funciona, portanto, um critério de oportunidade de curto prazo. Na decisão não se equacionam externalidades, não se fazem contas a quanto irão custar o estender das infraestruturas, o assegurar dos transportes escolares, as futuras questões de segurança. Perde-se uma oportunidade para estruturar o território e, ao contrário, alimenta-se a fragmentação e o casuísmo.

²² Carvalho, 2007C, p. 15

De notar que o quadro legal - RJUE²³ - prevê que as operações urbanísticas devem garantir a cedência de terrenos para equipamentos e zonas verdes, conforme o que forem as normas do respetivo Plano Municipal de Ordenamento do Território.

Na primeira geração de PDM ocorreu regulamentação diferenciada, assente em²⁴:

- critérios quantitativos, garantindo cedências frequentes, mas muitas vezes com localizações desadequadas;
- prevalência de critérios de localização, pré-estabelecidos, tendo originado cedências pouco numerosas;
- adição articulada dos dois critérios, desenhando um quadro perequativo, originando cedências razoavelmente localizadas e compensações monetárias quando não aconteçam.

Entre estes, o último é, sem dúvida, o critério mais adequado.

Revela-se, contudo, insuficiente para garantir o terreno necessário, no momento adequado, para o equipamento pretendido. Para tal é indispensável iniciativa pública; a isto se voltará em pontos seguintes.

Em diagnóstico sintético dir-se-á então que:

- Vários documentos oficiais sublinham a importância dos equipamentos e a necessidade de os planear em rede; existem mesmo iniciativas nesse sentido, mas numa perspetiva sobretudo sectorial.
- Não obstante, em muitíssimos casos, a localização de equipamentos tem ocorrido de forma casuística, em função da disponibilidade de solo, no quadro de um deficiente ordenamento do território.
- Há necessidade de melhorar o processo de planeamento de equipamentos:

²³ Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE - Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações da Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, art.ºs 44º e 57º, n.º 6

²⁴ Carvalho, 2003, p. 472 e 473

- assumindo as escalas regional e intermunicipal, com os consequentes compromissos e complementaridades;
- adotando uma atitude intersectorial, articulando os diversos equipamentos e as demais funções em cada escala territorial;
- adotando uma política fundiária que garanta a disponibilização dos solos necessários.

2.2. Critérios *standard*

O planeamento de equipamentos pode assentar em reservas integradas de terreno, destinadas à globalidade dessa função. Mas pode também, partindo do particular para o geral, identificar cada um dos equipamentos a considerar e os respetivos critérios de necessidade e programação, critérios ainda *standard*, referenciáveis a uma generalidade de populações e de territórios, no pressuposto de que estes podem e devem sofrer adaptações quando aplicados a situações concretas.

Adotando este segundo caminho, apresentam-se, no Quadro I, critérios *standard* para o planeamento de equipamentos.

O Quadro tem por base principal a publicação “Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos” da DGOTDU, de 2002.

Apresenta, contudo, relativamente a estas, significativos ajustes, omissões e acrescentos, que à frente serão explicitados e justificados. Há que referir que tais ajustes, quando relativos a critérios de funcionamento, traduzem opções, naturalmente discutíveis, pelo que devem ser consideradas com espírito crítico e desenvolvidas/corrigidas com base em conhecimento técnico especializado.

Quadro I. Critérios *standard* para Planeamento de Equipamentos

Equipamento	População a servir		Dimensionamento do Equipamento		Irradiação do Equipamento	
	População	Taxa de Cobertura	ABC ou DFU/ População	Terreno/ População	A pé (km)	Transporte motorizado (min.)
Jardim de Infância	3-5 anos	90%	20 a 25 crianças/sala 6 m ² ABC/criança	16 m ² / criança	0,5	15
Escola Básica 1	6-9 anos	104%	20 a 26 crianças/sala 6,2 m ² ABC/aluno	18 m ² / aluno	1	20
Escola Básica 2,3	10-14 anos	113%	26 a 30 alunos/sala 8,2 m ² ABC/aluno	30 m ² /aluno	1,5	30
Escola Secundária	15-17 anos	121%	26 a 30 alunos/turma 8,5 m ² ABC/aluno	27 m ² /aluno	1,5	30
Pequeno Campo de Jogos	Em geral	-	0,8 m ² DFU/hab.	1,2 m ² / hab.	0,5	10
Prado Desportivo	Em geral	-	0,8 m ² DFU/hab.	1,2 m ² / hab.	0,5	10
Sala de Desporto / Pavilhão	Em geral	-	0,15 m ² DFU/hab.	0,48 m ² / hab.	0,5	15
Grande Campo de Jogos	Em geral	-	1,6 m ² DFU/hab.	2,4 m ² / hab.	1,5	30
Pista de Atletismo	Em geral	-	0,6 m ² DFU/hab.	0,9 m ² / hab.	1,5	30
Piscina coberta	Em geral	-	0,03 m ² DFU/hab.	0,24 m ² / hab.	1,5	30
Piscina ao ar livre	Em geral	-	0,02 m ² DFU/hab.	0,25 m ² / hab.	1,5	30
Círculo Pedonal	Em geral	-	-	0,5 m ² / hab.	1	30
Creche	0-3 anos	40%	8 m ² ABC/criança	16 m ² /criança	0,5	15
Centro de Apoio a Idosos	70-75 +75 anos	10% 30%	5 m ² ABC/utente	10 m ² / utente	0,5	20
Unidade de Saúde Familiar	Em geral	-	0,075 a 0,05 m ² ABC/hab.	0,30 a 0,23 m ² /hab.	1	20
Centro de Saúde	Em geral	-	0,1 m ² ABC/hab.(1)	0,4 m ² / hab (1)	1,5	30
Centro de Animação Local	Em geral	-	0,3 m ² ABC/hab.	1 m ² / hab.	0,5	10
Equipamentos Municipais de Cultura	Em geral	-	0,2 m ² ABC/hab.	0,4 m ² / hab.	1,5	30
Mercado	Em geral	-	0,2 m ² ABC/ hab.	0,4 m ² /hab.	1	20
Equipamentos Administrativos	Em geral	-				

T - terreno associável ao equipamento DFU - dimensão funcional útil ABC- área bruta de construção

Equipamento	Tipologia de Equipamentos por População de Referência					
	Mínimo		Preferencial		Máximo	
	População	Equipamento	População	Equipamento	População	Equipamento
Jardim de Infância	20 crianças 850 hab.	1 sala 320 m² T	66 crianças 2800 hab.	3 salas 1056 m² T	150 crianças 6400 hab.	6 salas 2400 m² T
Escola Básica 1	80 alunos 2100 hab.	4 salas 2200 m² T	184 alunos 4800 hab.	8 salas 3168 m² T	312 alunos 8100 hab.	12 salas 4400 m² T
Escola Básica 2,3	260 alunos 4700 hab.	10 salas 8300 m² T	420 alunos 700 hab.	15 salas 11700 m² T	750 alunos 13300 hab.	25 salas 18200 m² T
Escola Secundária	468 alunos 12100 hab.	18 turmas 14500 m² T	672 alunos 17400 hab.	24 turmas 16848 m² T	1080 alunos 27900 hab.	36 turmas 22000 m² T
Pequeno Campo de Jogos	330 hab.	264 m² DFU 396 m² T	1000 hab.	800 m² DFU 1200 m² T	1900 hab.	1540 m² DFU 2280 m² T
Prado Desportivo	1000 hab.	800 m² DFU 1200 m² T	2000 hab.	1600 m² DFU 2400 m² T	4000 hab.	3200 m² DFU 4800 m² T
Sala de Desporto / Pavilhão	1500 hab.	225 m² DFU 720 m² T	3000 hab.	450 m² DFU 1440 m² T	12000 hab.	1800 m² DFU 5760 m² T
Grande Campo de Jogos	2500 hab.	4000 m² DFU 6000 m² T	4375 hab.	7000 m² DFU 10500 m² T	12500 hab.	20000 m² DFU 30000 m² T
Pista de Atletismo	5300 hab.	3200 m² DFU 4800 m² T	10000 hab.	6000 m² DFU 9000 m² T	23300 hab.	14000 m² DFU 21000 m²
Piscina coberta	5000 hab.	150 m² DFU 1200 m² T	13300 hab.	400 m² DFU 3200 m² T	40000 hab.	1200 m² DFU 9600 m² T
Piscina ao ar livre	7500 hab.	150 m² DFU 1875 m² T	25000 hab.	500 m² DFU 6250 m² T	60000 hab.	1200 m² DFU 15000 m² T
Circuito Pedonal	7500 hab.	3750 m² T	15000 hab.	7500 m² T	30000 hab.	15000 m² T
Creche	20 crianças 1900 hab.	160 m² ABC 320 m² T	34 crianças 3300 hab.	272 m² ABC 544 m² T	54 crianças 5200 hab.	432 m² ABC 864 m² T
Centro de Apoio a Idosos	30 utentes 900 hab.	150 m² ABC 300 m² T	65 utentes 1900 hab.	325 m² ABC 650 m² T	100 utentes 2900 hab.	500 m² ABC 1000 m² T
Unidade de Saúde Familiar	4000 hab.	300 m² ABC 1200 m² T	10000 hab.	600 m² ABC 2500 m² T	15000 hab.	750 m² ABC 3500 m² T
Centro de Saúde	16000 hab.	(1)	33000 hab.	(1)	50000 hab.	(1)
Centro de Animação Local	1000 hab.	300 m² ABC 1000 m² T	3000 hab.	900 m² ABC 3000 m² T	5300 hab.	1600 m² ABC 5300 m² T
Equipamentos Municipais de Cultura	15000 hab. (ou Município)	300 m² ABC 600 m² T	35000 hab.	700 m² ABC 1400 m² T	55000 hab.	1100 m² ABC 22000 m² T
Mercado	5000 hab.	1000 m² ABC 2000 m² T	10000 hab.	2000 m² ABC 4000 m² T	25000 hab.	5000 m² ABC 10000 m² T
Equipamentos Administrativos						

(1) Dimensionamento: somatório Ct Saúde (CS) + Und de Saúde Familiares (USF). Áreas (de ABC e de T) do CS obtidas através da subtração às áreas globais das áreas das USF

Nos **equipamentos considerados**, constantes no Quadro I, incluem-se apenas os de escala não superior à municipal, não destinados a grupos muito específicos ou a serviços muito especializados, e que possam contribuir para o encontro e animação entre grupos diversificados.

Em concreto, quando referenciados aos constantes nas Normas da DGOTDU:

- só foram elencados aqueles cuja população de referência não ultrapassa a escala municipal, atendendo a que este trabalho incide sobre equipamentos de âmbito local;
- não foram considerados equipamentos muito especializados (como os de apoio a deficientes) ou muito particulares (como os correspondentes a populações com dinâmicas marginais);
- não foram considerados equipamentos de natureza socio-habitacional (por exemplo lares de terceira idade ou casas de acolhimento de pessoas em risco), por a sua função ser essencialmente habitacional, não constituindo pontos de encontro/animação;
- não foram incluídos equipamentos de segurança e proteção civil, por também estes não constituírem locais de encontro²⁵;
- foram acrescentados “equipamentos municipais de cultura” e foi acrescentado um “centro associativo local”, com funções polivalentes, por corresponder a uma realidade (mesmo que não formatada) e por ter sido considerado importante para a animação da vivência local.
- foram acrescentados equipamentos desportivos informais, em concreto o Prado Desportivo e o Circuito Pedonal;
- foi acrescentado o mercado.

De notar que esta listagem de equipamentos identifica cada uma das funções específicas, sem prejuízo destas poderem surgir integradas (por exemplo

²⁵ Os “salões de bombeiros” constituem, obviamente, locais de encontro; mas correspondem a uma actividade associativa de lazer e não à função protecção civil; são actividades distintas, mesmos que desenvolvidas pela mesma entidade.

escola básica com jardim de infância, escola secundária com pavilhão de desporto, ou creche com centro de dia).

Para cada equipamento considerado foram adotados **critérios de programação**, que incluem:

- referencial quantitativo para a População a Servir;
- Irradiação do Equipamento;
- indicadores para o Dimensionamento do Equipamento;
- sugestões quanto à Tipologia do Equipamentos a adotar, em função da quantidade de população a servir.

Sobre População a Servir e Irradiação seguir-se-ão notas explicativas.

Para o Dimensionamento do Equipamento são utilizados indicadores referenciados à população a servir e traduzidos em ABC (Área Bruta de Construção), DFU (Dimensão Funcional Útil), ou T (terreno associável ao equipamento, nas Normas da DGOTDU designado por *área de reserva urbanística*).

As Tipologias, função da População e do Dimensionamento, serão explicadas para cada equipamento.

Qualquer equipamento pressupõe, tem como referência, uma População a Servir. Em muitos casos o equipamento serve a generalidade da população, o que não significa que seja utilizado por todos, mas apenas que o poderá ser. Noutros casos, destina-se a grupos específicos, nomeadamente a determinados grupos etários, com pressupostos de maiores ou menores taxas de cobertura.

No Quadro I a **População de Referência** surge sempre explicitada em habitantes, o que não significa necessariamente residentes, mas significa generalidade da população que tem acesso à utilização dos equipamentos

Nos casos em que os critérios de programação utilizados nos conduzem a grupos etários específicos (é o caso das escolas e dos equipamentos

destinados à terceira idade) o seu quantitativo surge explicitado, sendo a partir deles que se calculou a população de referência. Este cálculo foi elaborado com base na relação população total/ grupo etário, calculado a partir das projecções do INE para 2020²⁶ relativas ao todo nacional e constantes no Quadro II²⁷.

Quadro II: População Residente em Portugal em 2020 – Projecção INE

Grupo Etário	2011		2020	
	nº (em milhares)	%	nº (em milhares)	%
0 - 2	296,9	2,8%	276,7	2,6%
3 - 5	303,5	2,9%	284,2	2,6%
6 - 9	422,2	4,0%	399,3	3,7%
10 - 14	561,5	5,3%	535,2	4,9%
15 - 17	337,8	3,2%	344,8	3,2%
18 - 24	807,5	7,6%	800,4	7,4%
25 - 64	5836,2	55,3%	5958,3	55,0%
65 - 69	542,7	5,1%	623,4	5,8%
70 - 74	487,9	4,6%	543,8	5,0%
75 ou +	961,4	9,1%	1060,3	9,8%
nº habitantes	10557,6	100,0%	10826,4	100,0%

A correspondência, constante no Quadro I, entre tipologia e número de habitantes, não sendo exata para cada território concreto (já que estes apresentam diferenças entre si na distribuição etária da população), tem a vantagem de permitir uma comparação quantitativa direta e imediata entre todos os equipamentos e, como se pretende, uma conceção articulada na sua programação. Referenciada a 2020, permite perspetivar necessidades futuras.

²⁶ INE, 2004

²⁷ Apresentando-se os grupos etários da projecção do INE por quinquénios, os grupos etários constantes no quadro – com correspondência aos utentes de cada um dos equipamentos – foram calculados considerando que a população de cada quinquénio se distribui igualmente pelos 5 anos.

A Irradiação dos Equipamentos traduz o “valor máximo de tempo de percurso ou da distância percorrida pelos utilizadores do local de origem ao equipamento”²⁸, corresponde a máximos aceitáveis.

Tais deslocações poderão ocorrer a pé (sendo que nestes casos se afigura adequado medi-las em distância), em velocípede (não consideradas, por em Portugal serem pouco utilizados, mas que deveriam merecer atenção e desenvolvimento), ou em veículo motorizado²⁹ (caso em que se afigura preferível medi-las em tempo).

As irradiações constantes do Quadro assentam:

- numa diferenciação entre equipamentos, considerando a respetiva abrangência geográfica, as características dos utilizadores (que se deslocam) e o carácter mais ou menos obrigatório da deslocação;
- na opinião de que, para equipamentos que não excedam a escala municipal, não é razoável perspetivar deslocações que excedam 1.5 quilómetros a pé ou 30 minutos em veículo motorizado.

Com escassa informação, sendo que as próprias normas da DGOTDU sobre o assunto são muito omissas e pouco fundamentadas, aos valores constantes do Quadro I deverá ser atribuída importância sobretudo opinativa.

No Planeamentos dos Equipamentos é vulgar considerar Áreas de Influência correspondentes à Irradiação e exprimi-la através de círculo, centrado no Equipamento. Tal prática, não rigorosa - já que as distâncias se reportam a percursos (vias) e que o tempo se reporta a percursos e velocidades - tem a vantagem da facilidade e, quando não existam barreiras significativas, apresenta rigor suficiente para um planeamento global e integrado, sem

²⁸ DGOTDU, 2002, p. 4

²⁹ Nas Normas da DGOTDU são referidas apenas as deslocações em transporte público, o que será útil perspetivar em cidade contínua, mas que se afigura totalmente irrealista no quadro da atual ocupação fragmentada e dispersa do território; estende-se, então, o critério também ao automóvel privado, sem prejuízo de, em muitas circunstâncias, o acesso a equipamento ter que ser perspetivado, de facto, em função de transportes coletivos.

prejuízo de poder ser aprofundado em sede da programação de um equipamento concreto.

A Figura 1 ilustra esta utilização dos círculos. Refere-se a jardins de infância, demarcando a área de influência pedonal dos existentes e sugerindo possíveis localizações de novos equipamentos para resolução de carências.



Figura 1: Esposende/Fão - Área de Influência pedonal de Jardins de Infância³⁰

³⁰ Câmara Municipal de Esposende/ Jorge Carvalho, 2005, p. 22

Para o planeamento de equipamentos há que considerar a população a servir e também as questões de funcionamento e de gestão de cada equipamento, encontrando dimensões adequadas a uma prestação de serviços de qualidade, sem desperdício de recursos. Há que ter em conta questões tão comezinhas como a de um campo de jogos obedecer a medidas-padrão, a de uma escola básica dever ter um ano escolar por sala de aula, a de uma cantina exigir um número mínimo de utentes, ou a de os recursos humanos empregues deverem ser plenamente utilizados.

São apresentados, no Quadro I, sugestões sobre **Tipologias de Equipamentos** a adotar para diversas Populações de Referência:

- “Mínima”: população a partir da qual se justifica a criação de determinado equipamento (nas Normas da DGOTDU é designada por “População Base”).
- “Preferencial”: população que corresponde à dimensão ótima correspondente a equipamento com dimensões *standard* (mais habituais/adequadas); ou, não existindo *standard*, correspondendo a uma dimensão intermédia entre “mínima” e “máxima”.
- “Máxima”: população associável a equipamento-padrão com a maior dimensão ainda adequada a uma boa prestação de serviços, a partir da qual é recomendável o desdobramento do equipamento. Tecem-se agora, em complemento do Quadro I, algumas considerações relativamente a cada um dos equipamentos identificados, incluindo precisão do conceito (serviço que prestam e destinatários), programa edificável e critérios de programação (explicitando conteúdo e fonte).

Equipamentos de educação:

- Jardim de Infância

Equipamento de educação pré-escolar (crianças dos 3 aos 5 anos).

Não integra o ensino obrigatório, pelo que a sua frequência está condicionada às vagas existentes e à opção dos pais. Taxa de cobertura de

90%³¹ (conforme Normas da DGOTDU) é voluntarista, sendo a cobertura, em 2006, de 78,4%³².

Programa de referência: salas de atividades, sala de educadores, sala polivalente, cozinha, sanitários, arrumos e espaço descoberto.

Preferencialmente com 3 salas de atividades, para poder albergar 1 ano/sala.

- Escola Básica do 1º Ciclo

Equipamento escolar correspondente ao 1º ciclo da escolaridade obrigatória (crianças dos 6 aos 9 anos). Pressupõe a possibilidade de permanência em regime de ocupação de tempos livres (“escola a tempo inteiro”³³).

Taxa de cobertura de 104% considera retenção³⁴.

Programa de referência: salas de aula, sala de professores, sala(s) polivalente(s), cozinha, sanitários, arrumos e espaço descoberto; acresce, por Resolução 44/2010 do C. Ministros, acesso a refeitório e biblioteca.

Preferencialmente constituída por 4, 8 ou 12 salas de aula, de modo a permitir 1 ano escolar/ sala.

Dimensionamento de terreno com base nas Normas da DGOTDU, considerando que o rácio varia inversamente à dimensão do equipamento, pelo que o rácio constante no quadro apenas corresponde ao equipamento preferencial.

- Escola Básica do 2º e 3º Ciclo

Equipamento escolar correspondente aos 2º e 3º ciclos da escolaridade obrigatória (população dos 10 a 14 anos).

Taxa de cobertura de 113% considera retenção³⁵.

³¹ De referir a meta preconizada no PNAI 2006-2008: “abranger no ensino pré-escolar 100% das crianças com 5 anos e 90% com 3 e 4 anos até 2009”. Acresce que, na Lei 85/2009, o Estado assume a responsabilidade de garantir acesso gratuito a todas as crianças a partir do ano que atingem os 5 anos.

³² Fonte: GIASE - Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (<http://www.giase.min-edu.pt/content03.asp?auxID=pubs-last&newsID=986>)

³³ Ministério da Educação, 2007, p. 4

³⁴ Fonte: com base nos valores de retenção entre 2006 e 2011
([http://www.dgecc.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReN_Centro_1011.pdf](http://www.dgecc.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReN_Centro_1011.pdf))

Programa de referência: salas de aula, sala de professores, sala(s) polivalente(s), cozinha, sanitários, arrumos e espaço descoberto.

Poderá ser constituído por 10 a 25 salas, mínimo e máximo estabelecidos pelas Normas da DGOTDU, tendo-se adotado o valor intermédio de 15 como preferencial, até porque tem sido referido no quadro das Escolas Básicas Integradas³⁶.

Dimensionamento de terreno com base nas Normas da DGOTDU, considerando que o rácio varia inversamente à dimensão do equipamento, pelo que o rácio referido apenas corresponde ao equipamento preferencial.

- **Escola Secundária** (incluindo Escola Profissional)

Equipamento de ensino, recentemente obrigatório, orientado para o prosseguimento de estudos ou para a inserção profissional da população entre os 15 e os 17 anos.

A taxa de cobertura de 121% considera as taxas de retenção e desistência ³⁷.

Programa de referência: salas de aula, sala de professores, sala(s) polivalente(s), cozinha, sanitários, arrumos e espaço descoberto.

Tipologia conforme Normas da DGOTDU.

Dimensionamento de terreno com base nas Normas da DGOTDU, considerando que o rácio varia inversamente à dimensão do equipamento, pelo que o rácio referido apenas corresponde ao equipamento preferencial.

No que respeita aos **equipamentos desportivos** justificam-se algumas considerações iniciais, antes de os abordar individualmente.

- Dado que a prática desportiva tem vindo a sofrer alterações significativas, é frequente perspetivar reservas integradas de terreno

³⁵ Fonte: com base nos valores de retenção entre 2006 e 2011
([http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReN_Centro_1011.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReN_Centro_1011.pdf))

³⁶ Equipamento que integra os 3 níveis do ensino básico e, eventualmente, o ensino pré-escolar (Ministério da Educação, 2000, p. 13)

³⁷ Fonte: com base nos valores de retenção entre 2006 e 2011
([http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReN_Centro_1011.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/96/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=145&fileName=ReN_Centro_1011.pdf))

destinadas a esse fim, referindo a UNESCO³⁸ 4 m² de superfície desportiva útil por habitante.

- Muitos autores têm defendido³⁹ também a necessidade de espaços de desporto informal pelo que, para o efeito, se acrescentou aos equipamentos considerados pela DGOTDU um “prado desportivo” (máxima informalidade) e um “circuito pedonal” (indo ao encontro de uma atividade crescente e já muito visível dos portugueses). Os dois equipamentos inserem-se, preferencialmente, em estrutura verde existente ou a constituir.
- Somando as DFU correspondentes aos equipamentos constantes no Quadro I verifica-se que, usando as normas da DGOTDU, ultrapassariam os 4 m²/habitante recomendados, o que não se afigura defensável num país onde a prática desportiva é pouco intensa. Assim, perspetivaram-se alguns equipamentos de menor dimensão (relativamente às referidas pela DGOTDU), o que permitiu diminuir rácios e, ao mesmo tempo, aumentar o número de unidades, aproximando-as da população. Tal critério corresponde, também ele, a pensar o desporto de forma mais informal.
- Os equipamentos educativos, nomeadamente EB2,3 e Escola Secundária, incluem habitualmente equipamentos desportivos. Estes devem ser considerados no dimensionamento global, devendo ser encontradas soluções que possibilitem a sua plena utilização (não apenas pelos alunos), evitando duplicação de equipamentos.

³⁸ Critério adotado a partir de recomendações do Conselho da Europa e do Conselho Internacional para a Educação Física e o Desporto (DGOTDU, 2002, p. 7)

³⁹ Por exemplo Cordeiro, 2007, p. 16: *em termos de infraestruturas desportivas, apresenta-se como fundamental a necessidade de uma especial atenção à integração dos espaços considerados como informais – relvados, parques em espaços livres, entre outros (...) o qual deve visar não só a qualidade de vida dos residentes, mas também, à semelhança dos espaços verdes públicos, proporcionar uma clara revitalização urbana;* e Comissão Europeia, 2007, p.8: *A tentativa de cada pessoa para encontrar maneiras de aumentar a atividade física na vida quotidiana deveria ser apoiada pelo desenvolvimento de um ambiente físico e social que fosse conducente a tal atividade.*

- Pequeno Campo de Jogos

Equipamento desportivo descoberto, em pavimento estabilizado ou rígido com vedação de tabela ou rede (com ou sem bancadas), permitindo a prática de diversas modalidades desportivas (tais como futebol, voleibol, basquetebol).

Admitindo variabilidade, adotaram-se como dimensões funcionais úteis de referência 44×35 metros, 40×20 metros (preferencial) e 22×12 metros. As duas primeiras são as previstas nas Normas da DGOTDU; a mais pequena é referida por Cordeiro (2007).

A opção de admitir campos menores permite diminuir o rácio de DFU de 1 para 0,8 m²/habitante e proporcionar, ainda, campos mais próximos dos utilizadores.

- Prado Desportivo

Espaço verde não fragmentado e relativamente plano, destinado à prática de desporto informal.

A dimensão funcional útil deverá reportar-se a retângulo e poderá ter dimensões variáveis, tendo-se adotado como referência mínima os 800 m² (conforme Cordeiro, 2007), como máxima a de um campo de futebol *standard* e como preferencial o valor intermédio.

Associando o mínimo a 1000 habitantes, determinou-se o rácio, que se aplicou aos restantes.

- Sala de Desporto/ Pavilhão

Equipamento desportivo coberto, destinado à prática de diversas modalidades: ginástica, futebol, voleibol, basquetebol, etc.

Programa de referência: área desportiva polivalente, vestiário/balneário, anexos funcionais.

Admitindo variabilidade, consideraram-se campos com 50×30 metros (dimensão utilizada em diversos equipamentos recentes), 30×15 metros

(prevista nas Normas da DGOTDU) e 15×15 metros. (referida por Cordeiro, 2007).

As duas últimas dimensões foram adotadas como tipologias preferencial e mínima. A maior integra a componente espetáculo e um segundo pequeno campo, necessitando de 18000 m².

A tipologia mínima permite, com os mesmos custos, maior número e maior proximidade aos utilizadores, nomeadamente para a prática de ginástica.

- Grande Campo de Jogos

Equipamento descoberto, com pavimento em relvado (natural ou sintético) ou solo estabilizado, com ou sem bancadas, onde se poderão praticar, entre outras, as modalidades de futebol ou rãguebi.

Admitindo variabilidade, consideraram-se campos com 110×75 metros (jogos internacionais), 90×45 metros (corrente) e 65×40 metros (futebol de 7) que, considerando o espaço complementar marginante, conduz a dimensões funcionais úteis de, respetivamente, 14 000, 7000 e 4000 m².

As tipologias preferencial e mínima adotam estas últimas dimensões; a maior integra a componente espetáculo e um segundo campo de treinos, necessitando de 20000 m².

A introdução do campo pequeno permite diminuir o rácio DFU de 2 para 1,6 m²/habitante e, ao mesmo tempo, a existência do equipamento em unidades populacionais de menor dimensão.

- Pista de Atletismo

Equipamento descoberto, com pavimento em cinzas ou materiais betuminosos, destinado à prática de atletismo.

Admitindo dimensões variáveis, adotaram-se como dimensões funcionais úteis de referência 14000 m², 6000 m² (preferencial) e 3200 m². As duas

primeiras são as previstas nas Normas da DGOTDU; a última corresponde a pista de atletismo simplificada⁴⁰.

A introdução da simplificada permite a existência do equipamento em unidades populacionais de menor dimensão e diminuir o rácio de DFU de 0,8 para 0,6 m²/habitante. A pista maior poderá articular-se com grande campo de jogos, incluindo a componente espetáculo.

- Piscinas cobertas

Equipamento coberto, destinado à prática de desporto e recreio.

Programa de referência: tanque(s), vestiário/balneário, anexos funcionais

Admitindo dimensões variáveis, adotaram-se como dimensões funcionais úteis de referência 50×24 metros, 25×16 metros (preferencial) e 15×10 metros. A primeira corresponde ao dimensionamento necessário para competições nacionais ou internacionais; as outras são as previstas nas Normas da DGOTDU (sendo que a piscina de 15×10 metros não permite realização de competições de natação).

Critério de dimensionamento conforme normas da DGOTDU.

- Piscinas ao ar livre

Instalação descoberta, destinada ao recreio e à prática de desporto.

Programa de referência: tanque(s), vestiário/balneário, anexos funcionais, espaço de estadia/lazer.

Destinando-se a recreio e lazer não existem dimensões *standard*, podendo o seu dimensionamento ser feito através dos rácios DFU/habitante e T/habitante. Mas poderá adotar-se o dimensionamento da piscina coberta, possibilitando a prática de desporto formal.

Critério de dimensionamento conforme normas da DGOTDU.

⁴⁰ Tem por base pista de atletismo simplificada da Escola Salesiana de Manique – Lista de Instalações Desportivas da Freguesia de Alcabideche (Fonte: www.cm-cascais.pt)

- Percurso Pedonal (inclui Circuito de Manutenção)

Percurso ao ar livre, destinado à prática de caminhadas, marcha ou corrida, preferencialmente em contexto verde, incluindo circuito de manutenção (dispondo este de estações intermédias que permitem a realização de exercícios para o desenvolvimento da força, flexibilidade e coordenação)⁴¹.

Admitindo comprimentos variáveis, adotaram-se: como mínimo, as dimensões mais habituais⁴² em circuitos de manutenção (1,5 km); como máximo, um valor próximo da distância recomendável para percorrer diariamente⁴³ (6 km); como preferencial, o valor intermédio (3 km), que permite fazer os 6 km em ida e volta. Adotou-se ainda perfil transversal de 2,5 metros.

Critérios de dimensionamento: tendo-se considerado que para pequenos lugares esta função poderá ser desempenhada por percursos informais (não concebidos para o efeito), adotou-se como população de referência mínima a maior dos demais equipamentos desportivos (7500 habitantes), fazendo-a corresponder ao percurso de 1,5 km.

Equipamentos de Ação Social e de Saúde:

- Creche

Equipamento de natureza socioeducativa para acolher crianças até aos três anos de idade durante o período diário⁴⁴.

Programa de referência: berçário, salas de atividades, copa de leites, cozinha, sala de refeições, instalações sanitárias, gabinetes e espaços exteriores.

⁴¹ Adaptado de Câmara Municipal de Lisboa, 2006, p. 50

⁴² Por exemplo: circuito de manutenção da Quinta da Piedade, em Vila Franca de Xira (1,6 km) e o circuito de manutenção da Mata Nacional de Barão de S. João, em Lagos (1,4 km)

⁴³ Vários autores, nomeadamente Tudor-Locke, C., 2004, recomendam, numa perspetiva de saúde, os 10000 passos como mínimo diário a percorrer pelo Homem; surgem também recomendações (por exemplo no relatório Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health, de 2004, da Organização Mundial de Saúde) relativas ao tempo mínimo de exercício físico diário – 30 minutos, que conduz a valores similares.

⁴⁴ Fonte: <http://www.cartasocial.pt> – Conceitos (Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSS)

A taxa de cobertura, estabelecida em 40%, é meta voluntarista, já que em Portugal, em 2006, a cobertura era de 23,5%⁴⁵.

Dimensionamento: as Normas da DGOTDU previam 10 m² de ABC/ criança, quando o Despacho Normativo 99/89 previa 2,5 m²/ criança para salas de atividades; atualmente este valor foi reduzido para 2 m²/ criança (Portaria 262/2011); fazendo a proporção, considerou-se 8 m² de ABC/ criança.

Fixou-se a tipologia preferencial em 34 utentes, valor correspondente a 80% do máximo legal estabelecido, considerando cada grupo etário (10+14+18) ⁴⁶. Esta opção traduz a opinião de que estes equipamentos não deverão ser muito grandes, para potenciarem relações de vizinhança ou proximidade. De notar, aliás, que a legislação até há pouco em vigor para creches com fins lucrativos⁴⁷ fixava o máximo em 33 utentes. As tipologias máximas e mínima adotadas, centradas naquela, refletem a mesma opção, sendo que a mínima permite a junção dos grupos de 1 e 2 anos na mesma sala (4+16 crianças)⁴⁸.

- Centro de Apoio a Idosos

Equipamento assumido numa perspetiva de apoio integrado (aos idosos), mantendo-os no seu meio natural e incluindo, pelo menos, centro de dia (serviço de refeições, lavandaria e banho; animação social) e apoio domiciliário (refeições, banho e limpeza)⁴⁹.

A taxa de cobertura, relativa à população com mais de 65 anos era de 7,8% em 2006; o Programa Pares previa aumento da oferta de 10% em 3 anos, o que, mantendo a taxa, se traduziria numa cobertura de 12,5% em 2020. Optou-se por não considerar a faixa dos 65-69 anos, prever uma taxa de 10% para a de 70-74 e de 30% para a de 75 ou mais. Tal opção corresponde a

⁴⁵ Fonte: Programa Pares - <http://www.portugal.gov.pt/>

⁴⁶ Portaria 262/2011, artigo 7.º, número 2

⁴⁷ Normas Reguladoras das Condições de Instalação e Funcionamento das Creches com Fins Lucrativos – Despacho Normativo n.º 99/89, de 27 de Outubro

⁴⁸ Portaria 262/2011, artigo 7.º, número 4

⁴⁹ Conceito criado com base no Guião Técnico n.º 8 da Segurança Social, relativo a Centro de Dia, e considerando, de forma articulada, vários tipos de apoio existentes no terreno

atitude voluntarista, justificada face aos problemas graves e evidentes do envelhecimento solitário; corresponde a cobertura de 16,7% se reportada à população de 65 ou mais.

Programa de referência: sala(s) de convívio e refeição, área técnica e administrativa, área de cozinha, área de tratamento de roupas, área de higiene e sanitários, estacionamento, espaço descoberto privado ou público.

O dimensionamento de 5m²/utente resulta das referências: 50% dos utentes em centro de dia e 50% em apoio domiciliário; 7m²/utente para o centro de dia (conforme Normas DGOTDU) e 3 m²/utente para o apoio domiciliário.

A população de referência considerada para tipologia preferencial (65 utentes) considera a junção da dimensão média da capacidade dos centros de dia em Portugal (32 utentes) e dos serviços de apoio domiciliário (34 utentes); as tipologias máxima e mínima, centradas naquela, refletem a opinião de que os equipamentos deste tipo devem estar próximos da população, desejavelmente inseridos em relações de vizinhança.

- Unidade de Saúde Familiar⁵⁰

Equipamento elementar de prestação de cuidados de saúde, articulado com Centro de Saúde, numa lógica de rede integrada.

Programa de referência: área de receção e espera, área administrativa, área de prestação de cuidados de saúde, área de apoios, área de estacionamento e circulação exterior.

Dimensionamento da ABC com base em programas funcionais tipo, esboçados em documento da Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde⁵¹. Área exterior considerando necessidade de estacionamento, na hipótese de que metade dos profissionais e utentes se desloca em carro próprio.

Tipologia de equipamento conforme documento atrás referido.

⁵⁰ Decreto-Lei n.º 157/99, de 10 de Maio, art.º 12º.

⁵¹ Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde, 2006, p. 10-14

- Centro de Saúde

Equipamento destinado à prestação de cuidados de saúde primários, que articula Unidades de Saúde Familiar (USF) e se organiza em Agrupamento⁵², abrangendo este, na maioria das situações, vários concelhos.

Dimensionamento: 0,1 m² de ABC/habitante (valor médio das áreas estabelecidas nas Normas da DGOTDU para várias dimensões de edifícios) corresponde ao somatório de USF e Centro de Saúde; área exterior utilizando o mesmo raciocínio utilizado para as USF.

Tipologias: mínimo calculado por multiplicação de mínimos, da unidade de saúde familiar (4000 habitantes) pelo número de unidades/Centro (4); máximo correspondente à dimensão mínima do Agrupamento⁵³; preferencial, o valor médio.

Outros equipamentos,

nomeadamente de Cultura e Lazer, Administrativos e de Abastecimento:

- Centro de Animação Local

Espaço polivalente de encontro, lazer (por exemplo dança), desporto (por exemplo ginástica) e cultura (música, teatro), em princípio gerido por associação local.

Programa de referência: salão polivalente, bar, salas para fins diversos, instalações sanitárias e espaços exteriores de utilização coletiva, preferencialmente públicos.

Admitindo variabilidade, adotaram-se como dimensões de referência para o salão polivalente 40 × 20 metros, 30 × 15 metros e 15 × 10 metros, considerando-se que a ABC total seria o dobro destes valores.

⁵² Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro

⁵³ Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, art.º 4.º, 2 a)

A população de referência (da mínima à máxima) filia-se na ideia que deverá existir um equipamento deste tipo por UTB (conforme conceito e dimensionamento abordado nos pontos 3.2. e 3.3.).

- Equipamentos Municipais de Cultura

Existem, ou espera-se que existam, em cada município, pelo menos uma Biblioteca, um Teatro (ou Cineteatro), um Museu e uma Sala de Exposições.

Os critérios de dimensionamento adotados basearam-se: na ABC destinada a bibliotecas-tipo, conforme Regulamento do Programa Rede de Equipamentos Culturais do QREN⁵⁴; na ideia de que a área de Terreno necessária é dupla da ABC; e na ideia de que os quatro equipamentos considerados necessitam de áreas similares.

As Tipologias assinaladas referenciam-se também à população de referência utilizada para as bibliotecas.

De notar que estes equipamentos podem ter polos de menor dimensão, que poderão instalar-se, por exemplo, em Juntas de Freguesia ou Centros de Animação Local e que, por isso, não foram considerados nestes critérios.

- Mercado

Equipamento destinado à venda ao público de produtos de consumo diário, essencialmente de produtos alimentares.

Dimensionamento e tipologias de acordo com Normas do CEP⁵⁵.

- Equipamentos Administrativos

Existem, em todos os municípios, equipamentos administrativos, desde logo Paços de Concelho, Finanças e Registos, eventualmente muitos outros.

⁵⁴ O Regulamento prevê vários tipos de bibliotecas: 1053m² ABC para < 20000 hab; 1883 m² ABC para 20000 hab. a 50000 hab. e 2660 m² ABC para > 50000 hab.; o que se traduz num rácio médio de cerca de 0,05 m² ABC/habitante

⁵⁵ CEP/MFP, 1978, p. 12.

Perspetiva-se agora a possibilidade de criação de balcões multi-serviços, extensões de Lojas do Cidadão.

No âmbito da reorganização da Administração Pública, visando dotá-la de maior eficácia e maior eficiência, afigura-se adequado utilizar, para tal, metodologia similar à aqui adotada para os outros equipamentos. O não preenchimento do Quadro significa apenas trabalho ainda não realizado, utilidade de preenchimento futuro.

Há que considerar, ainda, as sedes das Juntas de Freguesia, com abrangências muito diversas, função dos respetivos limites. Constituem, para além das suas funções administrativas, potencial articulador de diversos equipamentos locais e possíveis gestores desses equipamentos.

2.3. Formulação de metodologia

Considerando as diversas finalidades dos equipamentos - enunciadas em 1.1.3 - logo se conclui que uma qualquer metodologia de planeamento de equipamentos se deverá inserir ou articular com metodologia de planeamento do território.

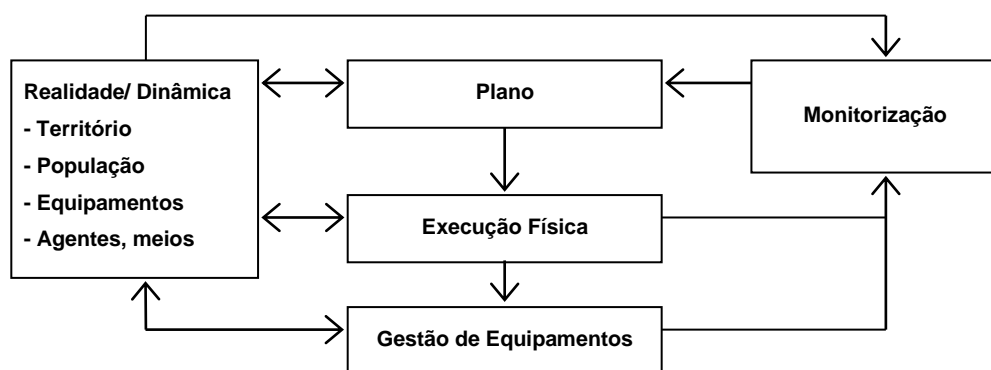


Figura 2: Processo de Planeamento de Equipamentos

O planeamento dos equipamentos (e do território) assumido como um processo e numa perspetiva muito genérica, pode ser expresso no esquema da Figura 2.

O plano reporta-se, sempre, a uma Realidade (necessariamente em transformação) e formula objetivos, para a alterar. Os objetivos deverão ser traduzidos em ações, desejavelmente programadas. Tais ações integram Execução Física (neste caso de equipamentos) e perspetivam a respetiva utilização ao longo do tempo, com a necessária Gestão.

De sublinhar, em consequência, que um plano e a consequente programação terão que propor a existência de equipamentos (o quê? para quem? onde?), e que não poderão esquecer que a sua execução pressupõe meios (solo, dinheiro e agente executor) e que estes terão depois que ser geridos (por quem? financiados como?). As propostas do Plano, para serem adequadas e exequíveis, terão que considerar e procurar articular todos estes aspetos.

Considerando apenas "o quê?/ para quem?" e o "onde?", desde logo se verifica a necessidade de articular políticas sectoriais com ordenamento do território. Considerando também o "por quem?/ com que meios?", colocam-se questões de política fundiária, de política financeira, de governação e mobilização de agentes. O planeamento de equipamentos exige, portanto, um planeamento integrado (intersectorial e espacializado) e operativo (perspetivando meios e agentes para a execução).

Um processo destes, para ser eficaz, terá ainda que ser sujeito a Monitorização e correspondente Avaliação, para que o Plano e a consequente programação possam ir sofrendo os necessários ajustes face à evolução da Realidade.

Não esquecendo esta perspetiva - de processo - procure-se agora **metodologia para a elaboração do instrumento Plano/Proposta de Equipamentos**, que poderá ser formulada com apoio do esquema expresso na Figura 3.

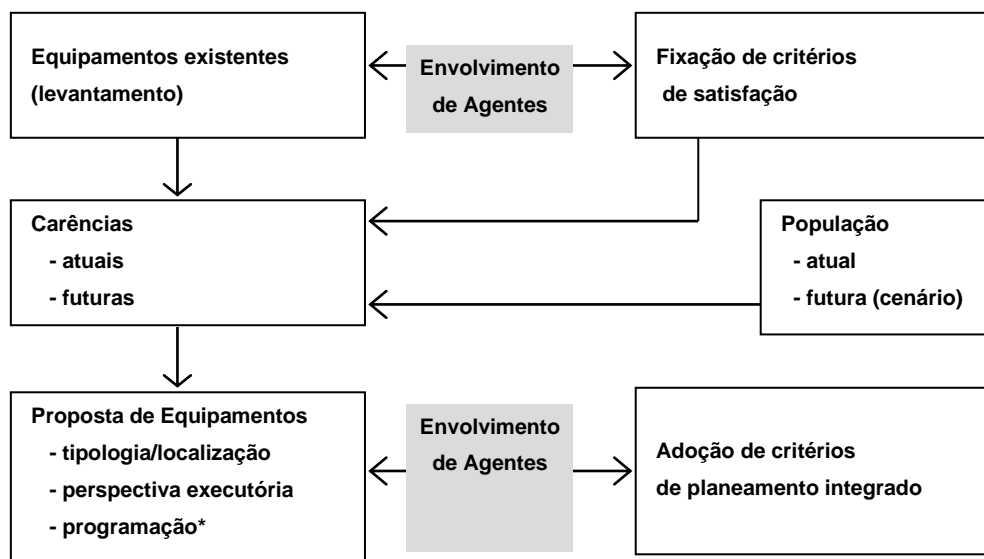


Figura 3: Metodologia para elaboração da Proposta de Equipamentos⁵⁶

Levantamento de Equipamentos existentes e fixação de **Critérios de Satisfação** correspondem às duas tarefas iniciais, que se deverão articular entre si, de acordo com os seguintes pressupostos e procedimentos:

- Adoção, como referência inicial, dos critérios *standard*, formulados em 2.2, para cada um dos equipamentos.
- Levantamento dos equipamentos existentes, com base num conjunto de indicadores, que deverão incluir os adotados nos critérios *standard*.
- Contacto com os gestores dos equipamentos, aquando levantamento, aproveitado para questionamento desses critérios.

⁵⁶ *Programação* entendida no sentido de priorização (acompanhada ou não de calendarização) e não apenas como elaboração de lista, nem como quase sinónimo de planeamento (como utilizado nas Normas da DGO/TDU)

- Ajustes nos critérios *standard* e formulação de critérios de satisfação adaptados ao local, com base no conhecimento da realidade e na opinião dos agentes.
- Confronto e ajuste dos critérios formulados com opções políticas; discussão pública (ou, pelo menos, com os gestores de equipamentos); aprovação dos Decisores.

O ajuste dos critérios *standard* a cada realidade territorial deverá assentar em razões perceptíveis, nomeadamente as seguintes:

- Características de ocupação do solo: por exemplo, população concentrada ou população dispersa justificam diferentes tipologias e raios de influência dos equipamentos;
- Diversidade climática: diferenças de temperatura e de pluviosidade deverão ser consideradas, pelo menos para equipamentos ao ar livre;
- Características da população: diferenças etárias, de situação perante o emprego ou de nível cultural poderão justificar equipamentos diferentes, nomeadamente os culturais, os desportivos e os de saúde;
- Impacto da segunda habitação e do turismo terão que ser considerados, também, para os equipamentos culturais, desportivos e de saúde.
- Práticas locais referenciáveis a equipamentos: a utilização pela população de equipamentos de abastecimento, cultura ou desporto varia entre comunidades, o que exige a adaptação quantitativa da respetiva “população de referência” e até das características dos equipamentos;
- Vontade política: poderão os decisores políticos pretender privilegiar um tipo de ensino, determinada modalidade desportiva ou uma qualquer dinâmica cultural, com consequência nos equipamentos necessários ou, pelo menos, na sua programação.

Confrontando Critérios de Satisfação com Equipamentos Existentes, poderão identificar-se **Carências**.

As mais óbvias são as quantitativas, população a servir face à capacidade dos equipamentos. Mas existem também carências qualitativas, decorrentes de localizações desadequadas e/ou da existência de equipamentos com dimensão inferior à mínima necessária ao seu bom funcionamento.

Existem, ainda, outras carências qualitativas, estas não decorrentes dos critérios *standard* atrás enunciados, mas que terão de ser consideradas, as correspondentes a equipamentos fisicamente degradados e as situações de gestão desadequada ou ineficaz.

As carências referenciam-se, pois, à população a servir num determinado território. Mas, em ação de planeamento, há que considerar também o futuro, o que implica projeção demográfica⁵⁷, perspetivando uma população a servir para um determinado horizonte e, também, um eventual ajuste de critérios de satisfação ao longo do tempo.

Conhecidas as carências (atuais e futuras), há que formular **Proposta** (Plano) para as resolver, o que implica, como atrás se referiu, uma visão integrada (intersectorial e espacializada) e uma perspetiva executória.

Para a integração intersectorial e correspondente espacialização recomendam-se os seguintes procedimentos metodológicos, a seguir aprofundados:

- Agrupamento dos equipamentos por potenciais sinergias entre si e similitude de abrangência territorial.
- Identificação e delimitação de unidades territoriais.

⁵⁷ A habitual projeção da evolução natural da população com base no método das componentes é bastante rigorosa e tem a vantagem de assentar em grupos etários, necessários ao planeamento de equipamentos destinados à infância e à terceira idade. Mas há que não esquecer que é necessário acrescentar-lhe a estimativa do saldo migratório. Para esta, não havendo métodos rigorosos, poderão formular-se hipóteses de similitude ou de alteração relativamente ao ocorrido na última década (o qual pode ser estimada, confrontando informação dos dois últimos recenseamentos do INE).

- Criação de matriz articuladora de equipamentos (e de agrupamentos de equipamentos) com unidades territoriais.
- Localização de equipamentos em carência, referenciando-os a unidades territoriais e inserindo-os em redes estruturantes.

Quadro III. Agrupamento de Equipamentos

Equipamento	Funções mais Centrais	Complexo Escolar/Desportivo	Funções Locais
Jardim de Infância		□	■
Escola Básica 1		□	■
Escola Básica 2,3		■	
Escola Secundária		■	
Pequeno Campo de Jogos		□	■
Prado Desportivo			■
Sala de Desporto / Pavilhão	□	□	□
Grande Campo de Jogos		■	
Pista de Atletismo		■	
Piscina coberta		■	
Piscina ao ar livre		■	
Circuito Pedonal	□	□	□
Creche			■
Centro de Apoio a Idosos			■
Unidade de Saúde Familiar	□		■
Centro de Saúde	■		
Centro de Animação Local			■
Equipamentos Municipais de Cultura	■		
Mercado	■		
Equipamentos Administrativos Municipais	■		

□ possível

■ mais adequado

O Agrupamento de Equipamentos deverá ser feito em função das características específicas de cada um, nomeadamente abrangência, sinergias com outras funções e área de que necessitam.

Considerem-se os equipamentos constantes no Quadro I. Recorde-se que inclui equipamentos de abrangência não superior à municipal e, de entre estes, apenas os que podem contribuir para a existência de lugares de encontro e animação. Constata-se que poderão ser reunidos em três grupos:

- os que podem contribuir para constituição de centralidade à escala de município ou de cidade;
- os que podem integrar centros locais;
- equipamentos escolares e desportivos, que exigem grandes áreas, e que poderão ser agrupados em complexo escolar/desportivo.

O Quadro III exprime como poderão ser agrupados, fazendo notar que alguns deles poderão integrar-se num ou noutro agrupamento.

Da análise do território (e da população) deverá resultar a identificação e delimitação de unidades territoriais, cujo conceito é à frente desenvolvido.

De referir, desde já, que tais unidades poderão ser delimitadas de acordo com uma hierarquia de escalas (e de realidades) territoriais, nomeadamente as seguintes: nacional; regional; sub-regional ou área metropolitana; municipal, somatório de municípios ou cidade alargada; parte de município ou parte de cidade; unidade territorial de base (UTB).

Face a uma realidade concreta, as unidades territoriais a considerar deverão ser delimitadas em cartografia de suporte, exprimindo interpretação dessa realidade e/ou opção de planeamento integrado⁵⁸.

⁵⁸ Diversos instrumentos, recentes, do Governo Central - nomeadamente o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e a Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Associativismo Municipal – vieram estabelecer fronteiras, com suficiente racionalidade, para as Regiões e Sub-Regiões.

Os limites municipais, embora com muito peso histórico e administrativo, nem sempre coincidem com a actual realidade da ocupação e das dinâmicas territoriais; tal facto tem expressão mais evidente em cidades alargadas que integram fragmentos e ocupações dispersas, cruzando limites administrativos; exige-se, nestes casos, colaboração intermunicipal.

As UTB's, conceito e delimitação, constituem também desafio, sendo abordadas no ponto 3.3.

Do cruzamento da listagem de equipamentos (considerando existências, mas também carências; elencados sectorialmente, mas já perspectivados em possíveis agrupamentos) com as escalas/unidades territoriais identificadas e delimitadas, resultará uma Matriz articuladora de equipamentos com território, base para as possíveis soluções a adotar.

De notar que, no concreto, uma mesma escala territorial pode abranger espaço físico e/ou população substancialmente diferentes. Em consequência, ao considerar “população a servir” e “irradiação” de um determinado equipamento, poderão surgir dúvidas sobre em que escala o considerar, podendo mesmo corresponder a fronteira entre duas escalas, sendo que neste caso afetá-lo a uma ou a outra dependerá da própria proposta, da solução integrada a adotar.

Quadro IV. Matriz de articulação entre Equipamentos e Escalas Territoriais, exemplo Educação

Equipamentos		Escalas Territoriais			
		Sub-Regional ou Área Metropolitana	Município(s) ou Cidade Alargada	Parte de Município ou de Cidade	Unidade Territorial de Base
Educação	Universidades e Politécnicos	■			
	Escolas Secundárias (e Profissionais)		■	■	
	Escola Básica 2,3		□	■	
	Escola Básica 1			□	■
	Jardim de Infância				■

□ possível ■ mais provável

A matriz do Quadro IV, abstrata (não referenciada a nenhum território concreto) e muito incompleta (compreendendo apenas equipamentos

educativos e sem considerar as escalas nacional e regional), pretende apenas ilustrar o que fazer.

As carências detetadas, exigindo respostas, deverão ser assumidas como oportunidade para solução integrada, partindo da unidade territorial concreta a que se reporta. Ou seja, identificadas carências de equipamentos há que procurar, para responder a cada uma delas, localização criadora de sinergias funcionais ou logísticas, entre si e/ou com equipamentos já existentes.

Por exemplo, sendo necessária uma nova biblioteca para servir todo um município (escala municipal), há que procurar relacioná-la com elementos da mesma hierarquia, considerando a vantagem de a implantar, por hipótese, junto de complexo escolar (incluindo secundário) ou, em alternativa, de a localizar em área central, bem servida de transportes.

Outro exemplo: notando-se a necessidade de centro de apoio a idosos (escala de unidade territorial de base), há que verificar a possibilidade de o colocar junto a equipamentos destinados à infância, provocando convívio entre diferentes grupos etários, mas também perspetivando uma cozinha comum, ou até uma pequena sala de desporto que possa servir a ambos.

A recomendação metodológica de procurar soluções integradas justifica sublinhado, já que assenta no reconhecimento do papel dos equipamentos como elementos estruturantes⁵⁹, incluindo neste conceito todas as componentes do território que, do ponto de vista funcional, como ao nível percetivo, se revelam como importantes para a generalidade da população.

O que se propõe é a articulação dos elementos estruturantes numa rede estruturante, que organize o habitat humano. Em concreto, trata-se de articular os equipamentos entre si e com outras funções terciárias, constituindo centralidades, e de tornar estas acessíveis, através de uma

⁵⁹Lynch, 1999, p 127-144; Carvalho, 2003, p. 242-243

adequada rede de mobilidade, e ambientalmente agradáveis, mercê da sua articulação com zonas verdes integradas em estrutura ecológica. Tal articulação (de estrutura ecológica, rede viária, centralidades e equipamentos) será mais eficaz se ocorrer em cada uma das escalas territoriais, sem prejuízo de se relacionarem entre si numa malha relativamente hierarquizada.

Esta perspetiva questiona um planeamento de equipamentos excessivamente sectorial (como o que tem acontecido em Portugal, nomeadamente com as cartas educativas) e aponta para a necessidade de horizontalização das políticas, procurando que se encontrem e articulem em cada uma das escalas territoriais. Tal articulação visa relacionamento social, organização funcional do território, mas também poderá e deverá visar eficiência, diminuição de custos.

Uma cozinha ou uma biblioteca poderão servir, de facto, escolas concentradas de diferentes níveis etários; mas, em alternativa, os mesmos equipamentos poderão servir uma escola, um centro de dia e uma associação cultural, garantindo a mesma eficiência e gerando espaços de integração.

A metodologia que se propõe exige, assim, a adoção de critérios de planeamento integrado, o que poderá acontecer no quadro da elaboração de planos de ordenamento do território.

O planeamento dos equipamentos deve ser, então, inserido/articulado com o ordenamento do território. Mas não basta fazê-lo no papel. É necessário passar à prática, perspetivar a execução e, para tal, identificar, considerar e envolver os agentes que o processo exige. Tais agentes podem, neste caso, enquadrar-se em dois grupos, correspondentes a fases de execução: a fase fundiária/urbanística; a fase de edificação e, depois, de gestão do equipamento.

A localização dos equipamentos – já se referiu - é essencial ao seu bom funcionamento e, sobretudo, ao bom ordenamento do território. Atendendo

a que a generalidade do solo é privado, logo se conclui ser indispensável encontrar mecanismos de disponibilização de solo, nos locais e momentos adequados ao cumprimento do programa e da programação que se pretenda cumprir. Para tal a iniciativa tem que ser pública e só existem dois caminhos possíveis: a aquisição do solo (por processo amigável ou expropriação), ou o envolvimento dos proprietários em operações urbanísticas que, numa perspetiva económica/financeira, os possam interessar.

Este último caminho não será possível quando, por exemplo, apenas se pretenda aproveitar um edifício sem uso, em tecido urbano consolidado, para fim não lucrativo; neste caso a única solução é a aquisição.

Será viável em operações urbanísticas com suficiente rentabilidade, por exemplo, uma nova urbanização, sendo que em tais situações se poderá/deverá recorrer a parcerias urbanísticas⁶⁰, capazes de articular um bom ordenamento do território (e boas soluções para a implantação de equipamentos), com um equilíbrio económico/financeiro, entre parceiros e com o interesse público. Os parceiros, neste quadro, serão não apenas os proprietários, mas também, provavelmente, promotores imobiliários e/ou o próprio município.

A disponibilização de solo (ou do imóvel), devidamente infraestruturado e enquadrado com a demais ocupação, é condição de partida para a edificação do equipamento, a qual já deverá ser da responsabilidade (pelo menos parcial) de quem em seguida o irá gerir, e que poderão ser entidades públicas, empresas ou associações sem fins lucrativos.

Estas últimas podem desempenhar um papel da maior importância, sobretudo no que respeita aos equipamentos culturais, desportivos e de lazer, fundamentais em processos de sociabilização e de animação do espaço público. É desejável, por isso, que essas associações sejam envolvidas no

⁶⁰ Carvalho, 2007B, p. 33-40

processo de planeamento dos equipamentos, logo na fase de levantamento (das existências e de carências) e também na formulação de propostas.

Prevendo-se que a execução e gestão do equipamento fique a cargo da entidade privada (ou cooperativa), há que estabelecer condições de cedência do lote, por forma a garantir que a futura utilização (do lote e do equipamento) será conforme com os objetivos de interesse público que tenham presidido à iniciativa.

Também os demais apoios do Estado, nomeadamente financeiros, destinados a obras ou de apoio à gestão, deveriam estar condicionados a uma localização adequada e a uma visão sobre o papel a desempenhar por cada um dos equipamentos, não apenas de *per si*, mas também no quadro da sua inserção numa rede estruturante.

Para facilitar o envolvimento de agentes, importa que os planos a elaborar articulem rigidez, a suficiente para garantir que a conceção da rede seja cumprida, com flexibilidade, a necessária para aproveitar dinâmicas casuísticas de agentes, quando estas confluem com os objetivos definidos.

Genericamente, considerando os principais agentes identificados, dir-se-á que:

- Sendo a localização uma questão-chave, exige determinação pública, pelo que o diálogo com os proprietários deve incidir, sobretudo, sobre como relacioná-los com a iniciativa sem que fiquem prejudicados, o que implica indemnização adequada ou o seu envolvimento em processo urbanístico perequativo⁶¹.
- A intervenção de promotores imobiliários pode ocorrer em terreno próprio ou sobre solo previamente adquirido pelo Estado, devendo, em ambos os casos, ocorrer negociação, em que os objetivos de ordenamento e de disponibilização de solo para equipamento sejam compatibilizados

⁶¹ Carvalho e Oliveira, 2003, p. 31-54

com a rentabilidade da operação. Não sendo esta rentável, só acontecerá com apoio público, o que nalguns casos se poderá justificar.

- As associações sem fins lucrativos são parceiros privilegiados de todo o processo, havendo que as envolver e até que as articular entre si, perspetivando futuros processos de complementaridade e colaboração na atividade que, a partir dos equipamentos, irão desenvolver.
- Empresas que pretendam investir na construção e gestão de equipamentos são também parceiros a considerar, sendo que a eventual concessão de qualquer apoio público, para o efeito, se deveria subordinar ao cumprimento dos objetivos do plano.

3. CONCEITO TERRITORIAL DE “LOCAL”

3.1. Unidades Territoriais, às várias escalas

Antes de entrar na abordagem de equipamentos “locais”, há que esclarecer esse conceito, essencialmente territorial.

Para lá chegar, parte-se de um outro conceito, mais abrangente, o de **Unidade Territorial**, que definimos como porção de território que, numa perspectiva geográfica, histórica, funcional e/ou administrativa, se revele como unidade.

Tal reconhecimento tem cabimento às diversas escalas, sendo fácil identificar como unidades territoriais o Planeta Terra, a Europa, a Península Ibérica ou Portugal.

Este conceito de Unidade Territorial, assentando em perceção/reconhecimento, é passível de ser assumido, também, de forma voluntarista, nomeadamente numa perspectiva de planeamento e/ou de organização administrativa. Por exemplo, a opção de criar **Regiões Administrativas** em Portugal exige a definição de dimensão de referência e de limites exatos, que nem sempre surgem como óbvios.

Prosseguindo para uma escala de mais pormenor, poderão identificar-se **Sub-regiões**, que em Portugal se poderão identificar como NUT III⁶² ou com áreas metropolitanas.

Prosseguindo ainda, confrontamo-nos inevitavelmente com os municípios, sendo que os seus limites atuais nem sempre encerram uma coerência territorial ou, noutros casos, uma escala adequada ao ordenamento e desenvolvimento do território.

Para considerar realidades minimamente operativas, haverá, por vezes, que considerar um município, outras vezes um somatório de municípios, outras

⁶² Delimitação reforçada pelo PNPOP e políticas centrais de afectação de fundos, que empurram os Municípios para os correspondentes processos associativos e institucionais.

ainda partes de vários municípios, sobretudo quando nos defrontamos com territórios urbanos emergentes.

Continuando para escalas de mais pormenor, utilizando ainda o conceito de unidade territorial, poder-se-ão detetar realidades mais pequenas, até à parcela individual (rural ou urbana).

Pretendendo-se, neste trabalho, planear equipamentos locais, a escala mais detalhada que nos interessa será justamente aquela para a qual já se justifica a existência de equipamentos.

Pretendendo-se, ainda, perspetivar os equipamentos no seu potencial estruturante, o que exige a sua articulação com outras funções, surgem-nos com especial acuidade os territórios onde se concentram pessoas e atividades, ou seja, os territórios urbanos, entendidos estes numa perspetiva lata (incluindo a crescente dispersão).

Tal não significa esquecer territórios em regressão, despovoados, quase só com idosos e, portanto, com necessidades muito próprias. Mas tais realidades exigem a procura de respostas específicas, que não são abordadas neste trabalho.

Penetrando então em territórios urbanos, é possível identificar Cidades Alargadas, Partes de Cidade e Unidades Territoriais de Base. Correspondendo o terceiro a conceito que se pretende aprofundar, podemos ensaiar desde já definição dos dois primeiros:

- **Cidade Alargada** pode ser definida como sendo cada cidade compacta/contínua, com a sua envolvência mais próxima, podendo integrar outras aglomerações, fragmentos urbanos e construção dispersa e ainda as ocupações agroflorestais com que se interpenetra. Em tal definição, a expressão “envolvência mais próxima” mantém alguma discricionariedade, que apenas na aplicação do conceito a uma problemática específica valerá a pena esclarecer.

- **Partes de Cidade** são áreas de dimensão significativa em que a Cidade Alargada poderá considerar-se subdividida: a cidade compacta/contínua, a que até agora se tem chamado “cidade”, poderá ser uma delas; um aglomerado, pequeno e próximo, rodeado por fragmentos urbanos e construção dispersa, poderá ser outra; uma área de forte expansão urbana, articulada com zonas industriais e comerciais, poderá ser uma terceira; um vale agrícola, que mantenha essa função e integre, atravessando, a Cidade Alargada, poderá ser uma quarta.

Esta escala territorial, de Parte de Cidade, poderá surgir associada a limites administrativos (nomeadamente, em Portugal, aos das freguesias), quando estas se mantenham ainda compaginadas com a realidade territorial.

O seu dimensionamento, e até o reconhecimento da sua existência, dependem muito de cada cidade: nas de grande dimensão poderá revelar-se útil (para a perceção, planeamento ou administração do território) considerarem-se partes e subpartes; nas de pequena dimensão poderá não se justificar considerá-las, sendo suficiente identificar Unidades Territoriais de Base

3.2. Unidades Territoriais de Base assumidas como escala “local”

Associa-se o conceito de “Local” ao de Unidade Territorial de Base que, sendo expressão criada por nós, corresponde a um conceito que integra e quase coincide com outros bem conhecidos, nomeadamente o de “bairro”, no seu significado corrente, e o de “unidade de vizinhança”.

Este último teve origem em estudos sociológicos americanos, preocupados com o enfraquecimento das relações sociais entre vizinhos, e é formulado, nos anos 20, por Clarence Perry⁶³, que procurou fixar o princípio de crescimento celular da cidade, considerando que cada célula (unidade de vizinhança) deveria ter uma dimensão suficiente para justificar a existência

⁶³ Mumford, 1982, pp. 541 e 542

de um conjunto de equipamentos e de serviços, nomeadamente escolares, numa distância acessível a pé.

Foi utilizado pela generalidade dos modernistas, os da cidade jardim e os da Carta de Atenas, na altura em que ocorreu uma forte intervenção pública sobre a cidade, e integra-se na aplicação da metáfora “organismo” à cidade, de que resulta a convicção de que cada comunidade se deve organizar como unidade social e espacial separada, tão autónoma e distinta das outras quanto possível, assumindo cada um delas uma forma/função específica.

O conceito (como todos os princípios modernistas) tem sido bastante questionado nas últimas décadas, sendo que as críticas se baseiam, essencialmente:

- no perigo de uma fronteira exata contribuir para limitar o acesso, diminuir os contactos, isolar a população;
- no facto dos contactos sociais se terem dispersado pelos vários sectores da cidade, as relações de vizinhança terem perdido peso.

A primeira crítica tem toda a pertinência, sobretudo perante a dinâmica, crescente, das urbanizações-condomínio, pelo que haverá que recusar a perspectiva de autossuficiência ou de fechamento ao exterior, defendendo-se a permeabilidade e articulação com a envolvente de cada unidade territorial e uma equilibrada mistura social e funcional no seu interior.

Mas, quanto aos contactos sociais, não se trata de questionar a nova teia que a mobilidade permite, mas de procurar acrescentar-lhe relações de vizinhança. Ora, o reconhecimento de uma identidade e de uma partilha revela-se fator importante para a construção de um tecido social local e poderá ajudar também à participação da população no controlo urbano. Mantém-se, assim, a utilidade do conceito⁶⁴.

A “unidade territorial de base” (UTB), retomando então o conceito de “unidade de vizinhança”, dele se diferencia por cautelas não segregacionistas

⁶⁴ Carvalho, 2003, pp. 169 e 170

e por se assumir de forma mais abrangente, podendo corresponder a uma unidade predominantemente residencial, mas também, por exemplo, a uma área central, a uma zona industrial, a um polo tecnológico, a uma área de povoamento disperso, ou até a uma área agro-florestal integrante da Cidade Alargada.

Não obstante, como anteriormente se referiu, o planeamento de equipamentos pressupõe população a servir, pelo que UTB despovoadas, seguramente importantes em determinadas perspetivas, deverão neste domínio ser assumidas como residuais.

3.3. Dimensionamento de UTB, em função da necessidade de equipamentos

Coloca-se a questão de saber qual a dimensão populacional adequada ao conceito de UTB, especialmente quando se trate de uma área predominantemente residencial.

A sua identificação e delimitação, essencialmente funcionais, poderão visar o incremento das relações de vizinhança, articuladas com um serviço eficaz e racionalizado de serviço público (ou coletivo), nomeadamente no que respeita a equipamentos.

Para o efeito deverá considerar-se o conteúdo do Quadro I, no qual são estabelecidas Tipologias de Equipamentos por População de Referência, subdivididos em Mínimo, Preferencial e Máximo, tendo em conta um bom funcionamento de cada equipamento.

Confrontando números, elaborou-se a partir deles o Quadro V, chegando-se a um dimensionamento populacional de referência para as UTB, em intervalo suficientemente realista e operativo.

Quadro V: Tipologia de Equipamentos por População das UTB

Equipamento	UTB com		
	1000 habitantes	3000 habitantes	5000 habitantes
Pequeno Campo de Jogos	Preferencial	Máximo	2 Máximos
Centro de Apoio a Idosos	Mínimo	Máximo	2 Máximos
Centro de Animação Local	Mínimo	Preferencial	Máximo
Jardim de Infância	Mínimo	Preferencial	Máximo
Prado Desportivo	Mínimo	Preferencial	Máximo
Sala de Desporto / Pavilhão		Preferencial	Preferencial + Mínimo
Creche		Preferencial	Máximo
Escola Básica 1		Mínimo	Preferencial
Grande Campo de Jogos		Mínimo	Preferencial
Unidade de Saúde Familiar			Mínimo
Escola Básica 2,3			Mínimo
Pista de Atletismo			Mínimo
Piscina coberta			Mínimo
Mercado			Mínimo

De acordo com o Quadro V, então:

- como população de referência, preferencial, os 3000 habitantes, justificando já a existência de 9 equipamentos locais;
- população máxima os 5000 habitantes, que apenas justifica a mais uma unidade de saúde familiar; mas que, quando relativamente isolada, poderá justificar ainda a integração de equipamentos de grau superior com a dimensão mínima;

- como população mínima os 1000 habitantes, já justificando centro de animação local, jardim de infância, centro de apoio à terceira idade e área desportiva elementar (prado e pequeno campo de jogos).

De notar que a população de referência poderá, por comodidade, ser considerada a população residente. Mas, ainda com racionalidade e com maior rigor, os equipamentos poderão ser também perspetivados em função de proximidade ao local de trabalho. Poderá então considerar-se, por exemplo, População de Referência = $x\%$ da População Residente + $(100 - x\%)$ dos Empregos, percentagens que pressupõem conhecimento dos comportamentos ou anseios da população, mas que poderão também encerrar algum voluntarismo.

Para a delimitação de uma UTB deverá, então, ter-se em conta a dimensão da população a que se referencia. Considerar o número de habitantes faz todo o sentido quando se trate de zona (compacta ou dispersa) em que a função residencial tenha presença significativa. Numa zona de atividades, por exemplo um polo industrial, será de considerar o número de empregos. Para área pouco ou nada habitada, por exemplo uma zona agrícola, este critério poderá não ser aplicável.

É de sublinhar, aliás, que, em qualquer caso, a delimitação de uma UTB não deverá assentar exclusivamente, nem sequer preferencialmente, no critério da dimensão populacional. A boa delimitação terá que considerar cada realidade existente e uma irradiação das funções centrais que origine deslocações não superiores (desejavelmente menores) às assinaladas no Quadro I, salvo territórios pouco povoados ou de povoamento disperso, em que tal não possa ser evitado. Deverá, ainda, partir do próprio conceito de unidade territorial e considerar opções de ordenamento, considerando que redes estruturantes e unidades territoriais poderão, em conjunto, ser assumidas como Matriz de Ordenamento do Território.

4. PLANEAMENTO DE EQUIPAMENTOS LOCAIS

4.1. Recomendações metodológicas

Anteriormente, no ponto 2.3., ensaiou-se formulação de metodologia para a generalidade dos equipamentos, com total aplicabilidade aos equipamentos locais.

Surgirão, aqui, alguns sublinhados, precisões e acrescentos centrados em quatro ideias fundamentais:

- Planeamento integrado e redes estruturantes às várias escalas territoriais.
- Centros locais integrados em redes estruturantes; equipamentos integrados em centros locais.
- Respeito pelo existente, procura de polivalência e de complementaridade dos equipamentos.
- Iniciativa pública, com envolvimento de agentes, para a concretização de equipamentos.

Cada equipamento terá que ser encarado não apenas em função do serviço direto que presta à população, mas também num quadro relacional que o articule com outros elementos, os quais, em conjunto, estruturam (melhor ou pior) o território.

Tais elementos, estruturantes, são fundamentalmente a rede ecológica, a rede de mobilidade e concentrações de serviços e atividades; a estas últimas, nas quais os equipamentos se poderão inserir, chamaremos centralidades, entendidas no sentido lato.

Os diversos elementos estruturantes podem ser identificados numa perspetiva hierárquica, em função do papel que desempenham (pense-se, por exemplo, em via rápida, em circular urbana, e em avenida interna a um bairro; ou, então, no centro de uma cidade média e no centro de um bairro).

A hierarquia traduz sucessivas abrangências geográficas e tem correspondência em sucessivas escalas territoriais.

Para identificar os elementos estruturantes associáveis a uma determinada escala, é recomendável partir de uma maior abrangência, do geral para o particular, por tal metodologia facilitar uma visão de conjunto. Aliás, mesmo para identificar a necessidade de equipamentos de uma determinada área é indispensável conhecer o que está à volta; só assim será possível alcançar uma solução racional e articulada.

Os elementos estruturantes correspondentes a uma determinada escala (nos quais os equipamentos se incluem), devidamente estruturados entre si, organizam o território, tornam-no perceptível, ordenam-no.

Poder-se-á definir “Centro” (ou “Centralidade”) como espaço onde ocorre uma concentração de serviços, com os respetivos empregados e utilizadores, funcionando também, em consequência, como espaço de encontro e de lazer. Centro local poderá, então, de acordo com postulados anteriores, referenciar-se à escala da UTB, a qual poderá integrar uma população com cerca de 3000 habitantes (1000 a 5000).

Tal população justifica um número limitado de serviços, algum comércio e, como se viu, equipamentos ainda significativos, nomeadamente: EB1, Jardim de Infância, Creche, Centro de Apoio a Idosos, Centro de Animação Local, Sala de Desporto, Grande Campo de Jogos, Pequeno Campo de Jogos e Prado Desportivo.

Da junção de serviços, comércio e equipamentos (funções não habitacionais), referenciados a alargamento do espaço público (por exemplo praça ou alameda), resultará a existência de um Centro Local. Todos os equipamentos referidos, exceto o Grande Campo, poderão contribuir para o reforço desse Centro.

O bom funcionamento do Centro exigirá adequada acessibilidade, pelo que é conveniente que se articule com via que permita fácil acesso, mas não induza tráfego excessivo (uma via estruturante, mas secundária).

Seria também importante que se articulasse com estrutura ecológica, melhorando o quadro ambiental, permitindo uma melhor integração dos equipamentos desportivos e perspetivando percursos pedonais.

O que se formula no ponto anterior é apenas um desígnio, nem sempre alcançável, porque em todos os casos se terá que considerar a realidade existente. Considerar os equipamentos existentes é importante, do ponto de vista económico, mas também por respeito a vivências instaladas.

Cada intervenção apenas irá acrescentar algo a essa realidade. Novos equipamentos deverão, então, sempre que possível, melhorar o que existe, numa perspetiva de polivalência e complementaridade, sabendo interpretar, qualificar e ajudar a estruturar a escala territorial onde se inserem.

Aproveitar o existente, polivalência e complementaridade respondem, no essencial, aos objetivos de bom aproveitamento dos recursos, evitando investimentos inúteis e a existência de equipamentos subaproveitados.

O objetivo de estruturação do território exige visão integrada, em cada escala territorial, desaconselhando abordagens e programas apenas sectoriais.

Tendo-se opinado, anteriormente, que a elaboração das Cartas Educativas seguiu esse caminho e que algumas delas, talvez por isso, se afiguram excessivamente centralizadoras, vem a propósito explicar tal afirmação.

Compreende-se que existam vantagens logísticas e pedagógicas em concentrar ciclos de ensino, do jardim de infância ao 2.º/3.º ciclos e eventualmente até ao secundário. Mas, face a territórios dispersos, tal opção também apresenta muitas desvantagens: económicas, desperdiçando equipamentos existentes; ainda económicas, e também ambientais, pelas deslocações diárias a que obriga; vivenciais, porque os equipamentos escolares contribuem para a constituição de pólos de encontro e animação.

Nestes casos, de territórios dispersos, afigura-se adequado (conforme atual política) recusar EB1 com menos de 4 salas (por razões pedagógicas e logísticas); mas, em vez de prever significativas concentrações em “Escolas Básicas Integradas”, talvez fosse preferível perspetivar a sua articulação com Jardins de Infância e também com equipamentos não educativos, nomeadamente Creches e Centro de Apoio a Idosos, que poderiam ter apoios comuns e que, bem localizados, potenciariam deslocações a pé, dinamizariam a vida local e melhorariam o quadro ambiental.

O que se propõe confronta-se, de facto, com rotinas instaladas. Desde logo porque obrigaria a articulação entre ministérios, entre visões e instrumentos sectoriais. E ainda porque o aproveitamento de equipamentos e edifícios vazios, o construir da cidade sobre a cidade a que esta opção, nalguns casos, nos levaria, obrigariam a uma maior flexibilidade na aplicação dos regulamentos relativos à construção, por vezes apenas exequíveis em construções de raiz.

Muitos dos equipamentos locais considerados têm sido concretizados e geridos por instituições privadas e tudo indica que, no horizonte planeável, assim continuará a ser.

Planear os equipamentos com esses agentes, ouvi-los e envolvê-los, afigura-se, assim, caminho indispensável.

Mas isso não dispensa que o processo de planeamento seja de iniciativa pública, mais concretamente dos municípios, tratando-se de equipamentos locais. Tal necessidade assenta em diversas razões:

- Os agentes promotores de equipamentos têm, naturalmente, visões sectoriais e até, por vezes, atomizadas; compete ao município construir com eles, ou transmitir-lhes, uma visão intersectorial, integrada, que deverá presidir às decisões a tomar.
- Localizações adequadas são incompatíveis com casuísmo e jogos fundiários; exigem planeamento e intervenção pública direta,

disponibilidade dos terrenos necessários nos momentos oportunos e, depois, cedências a agentes promotores dos equipamentos, em condições que defendam o interesse coletivo.

- Esta necessidade articula, inevitavelmente, planeamento de equipamentos com política fundiária municipal e conduz-nos à necessidade de parcerias urbanísticas (com proprietários e promotores urbanísticos) que, referenciadas ao quadro legal em vigor, recomendam a generalização de unidades de execução e de sociedades de reabilitação urbana.
- Planear equipamentos é, de facto, conforme se referiu logo de início, parte integrante do ordenamento do território e, em particular, do ordenamento da cidade.

4.2. Apresentação de Caso: Planeamento de Equipamentos no quadro da elaboração do Plano de Urbanização de Oliveira de Azeméis

Na elaboração do PU de Oliveira de Azeméis, anterior a este trabalho, foi ensaiada, em parte, sobretudo no domínio das propostas de localização dos equipamentos, a metodologia aqui formulada.

São apresentadas, nas páginas seguintes, excertos do PU de Oliveira de Azeméis, ilustrativas do seu conteúdo, nomeadamente:

- **Matriz de Ordenamento da Cidade**, assente em Rede Estruturante (que articula rede viária, estrutura ecológica e centralidades) e em Unidades e Subunidades Territoriais. De notar que cada subunidade territorial corresponde ao conceito, aqui desenvolvido, de Unidade Territorial Base.

- **Ficha de equipamentos**, com identificação de existências e de carências, relativa a subunidade territorial (UTB). De sublinhar que, na identificação de carências (tal como, posteriormente, na formulação de propostas) se procurou uma constante visão articulada entre subunidades, unidades, cidade e concelho.
- **Exemplo de proposta de reforço de centro local**, presente em excerto da Planta de Zonamento e correspondentes normas do Regulamento. Constitui solução que pode constituir um protótipo: criação de eixo viário que, acompanhando eixo verde (linha de água), irão estruturar aquele território; pequeno centro local pré-existente distanciado uma centena de metros deste eixo; propostas de reforço do centro existente, de criação de novos elementos de centralidade junto à via/ zona verde, e de criação de percurso que os una, perspectivando funcionamento conjunto.
- **Ficha relativa a Intervenção Estratégica e Prioritária**, que inclui criação de centralidade em zona habitacional em formação, ainda fragmentada. De notar que a ficha inclui não apenas o programa, mas também orientações executórias, nomeadamente instrumentos jurídico/urbanísticos a adotar, agentes a envolver, estimativa de custos e estratégia de financiamento.

MATRIZ DE ORDENAMENTO ⁶⁵

A Matriz de Ordenamento adotada - ver Figura 4 - articula rede de elementos estruturantes (redes viárias, estrutura ecológica e centralidades) com unidades e subunidades territoriais (para cada uma das quais se pretende identidade e vivência própria).

*A **rede viária principal**, estabelecida num contexto de grande dificuldade (topografia e ocupação existente) assenta na acessibilidade a nós de vias sub-regionais (atual IC2 e futura variante à ER327) e no estabelecimento do “Arco Norte” e do “Arco Sul”, este com continuidade através do “Atravessamento Central” (que poderá, se tal vier a mostrar-se recomendável, ser sujeito a condicionantes).*

*O acesso ao **Centro** será diversificado e este estender-se-á a locais de receção, que se pretendem qualificados: até à Zona Escolar; até ao novo nó junto ao Hospital e estabelecendo continuidade até ao Parque de La Salette; até à Zona Industrial, através de elevador integrado em futuro espaço comercial; até a intermodal de transportes a criar junto à estação ferroviária.*

*A **Zona Industrial** terá acesso direto ao atual IC2, prevendo-se a criação de zona de receção que inclua serviços, funções representativas e enquadramento paisagístico.*

*A **estrutura ecológica** corresponde à defesa e aproveitamento das linhas de água que envolvem e penetram a Cidade. As que constituem limite do Plano, nomeadamente os Rios Ul, Cercal e Antuã e a Ribeira das Rãs são defendidas através da sua integração em Solo Rural Complementar. As que penetram a Cidade, nomeadamente as Ribeiras de Pereira e Lações e alguns afluentes do Antuã, são assumidos como Verde Urbano, integrando percursos pedonais e constituindo local de encontro e de separação entre unidades e subunidades territoriais.*

⁶⁵ Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis/ Jorge Carvalho, 2007, p.37

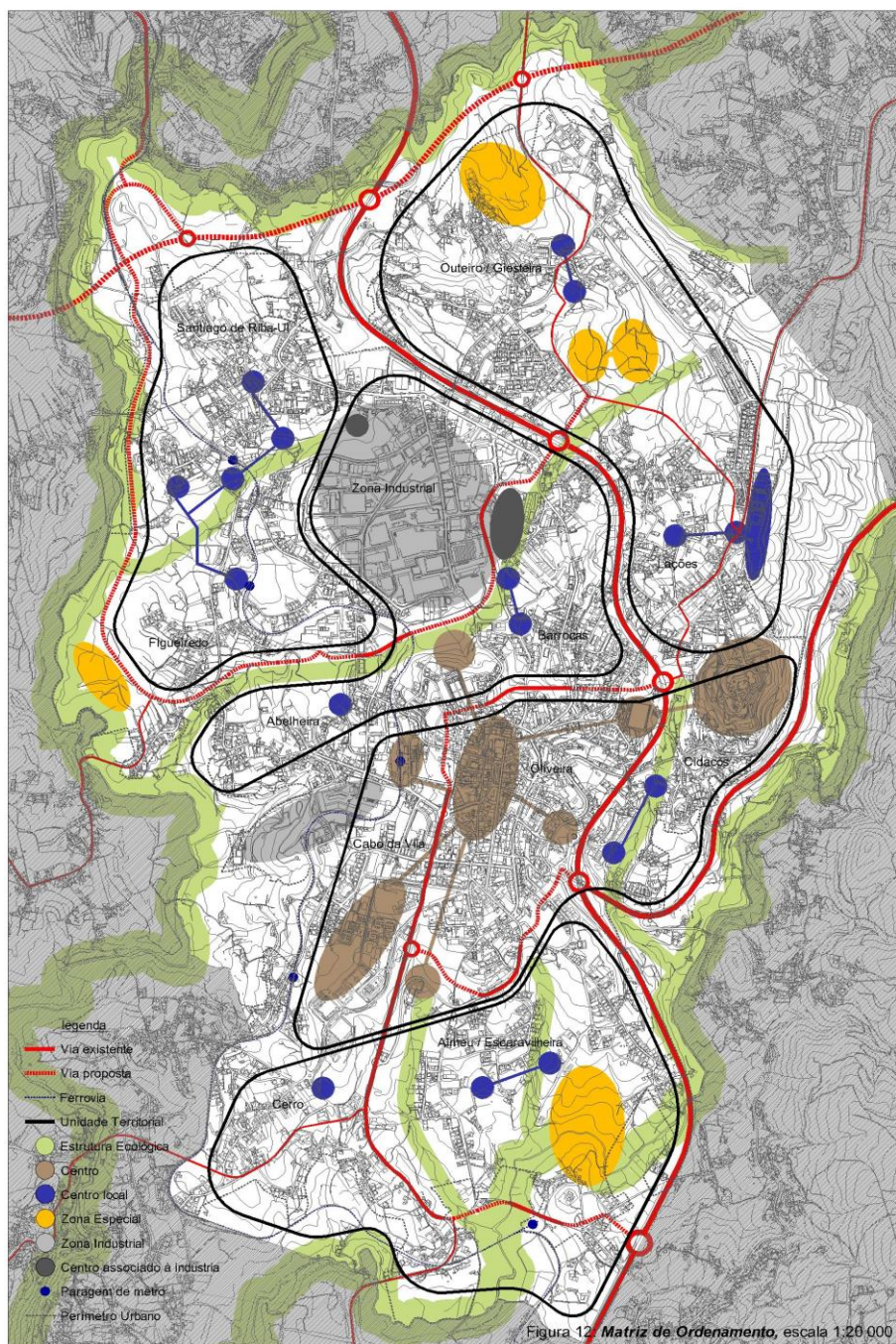


Figura 4: PU de Oliveira de Azeméis - MATRIZ DE ORDENAMENTO

*Face ao suporte biofísico e à atual ocupação urbana, mas também para efeitos de ordenamento do território, considerou-se a Cidade dividida nas seguintes **unidades territoriais**:*

- *Área Central, incluindo o Centro propriamente dito, o Cabo da Vila (a Poente) e a área de Oliveira/Cidacos (a Nascente, incluindo o La Salette);*
- *Vale da Abelheira, que ganhará relevo com a construção do Arco Norte, e que inclui a Zona Industrial, a de Barrocas e a da Abelheira;*
- *Santiago de Riba-Ul, que se centrará num futuro eixo viário e de verde urbano ao longo da Ribeira da Pereira, o qual divide a área em duas subunidades: Santiago e Figueiredo;*
- *Nordeste da Cidade, a Nascente do IC2, com duas subunidades, Outeiro/Giesteira e Lações, que se encontram e se separam nas Escola Ferreira de Castro e Zona Especial;*
- *Sul da Cidade, também dividido em duas subunidades (Almeu/Escaravilheira e Cerro), que se encontram na antiga EN1, onde se localizam diversas grandes superfícies comerciais.*

*Pretendendo acentuar-se a identidade, coerência morfológica e vivência de cada uma das subunidades, localizaram-se em cada uma delas **centros locais** (a criar, ou existentes a reforçar), para os quais se prevê a localização de terciário e de equipamentos associados a alargamento de espaço público. Tal localização procura locais de encontro entre malha viária e estrutura ecológica, constituindo pontos nodais da Rede Estruturante.*

*A Linha do Vouga, mantendo o atual traçado, é perspectivada como **metro suburbano**, prevegn-do-se a localização de estações junto a pontos nodais e a criação de intermodais de transportes junto à atual estação (Centro da Cidade) e na proximidade da futura entrada Sul da Cidade.*

OLIVEIRA DE AZEMÉIS – EQUIPAMENTOS LOCAIS Subunidade Territorial: **SANTIAGO**
Equipamentos existentes, localização



População residente em 2020: 2800

Carências em 2020

Desejáveis ¹	Existentes	Carências	Observações
Jl com 3 salas	3 salas	0	
EB 1 com 4 salas	2 salas (em 2 EB1)	1 EB1 de 4 salas	Criar EB1 de 4 salas Pensar aproveitamento dos edifícios existentes (de 1 sala)
Creche	0	1	Equipamento a criar
Centro de Apoio à Terceira Idade	0	1	Equipamento a criar
Pequeno campo de jogos	1	0	
Sala Desporto	0	1	Salão paroquial existente ou sede de banda de música, em projecto, poderão ser utilizados como Sala de Desporto
Centro de Convívio	1	0	

¹ Equipamentos desejáveis conforme critérios de dimensionamento

Figura 5. PU de Oliveira de Azeméis - FICHA DE EQUIPAMENTOS

PROPOSTA DE CENTRO LOCAL (EM PLANTA ZONAMENTO + REGULAMENTO)

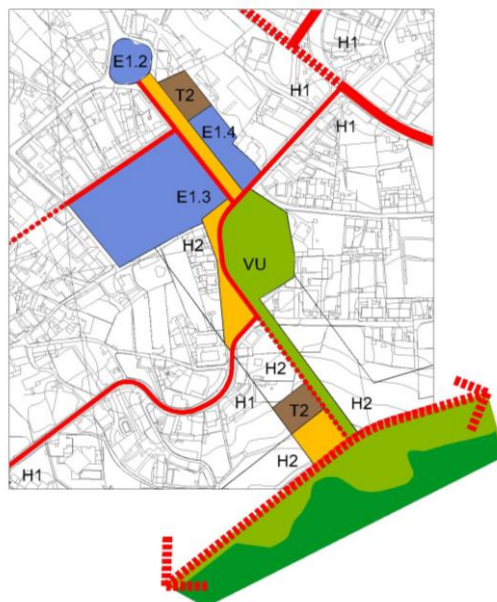
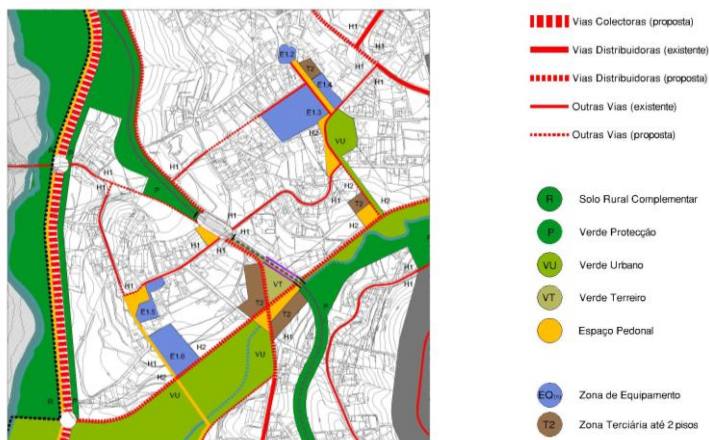


Figura 6: PU de Oliveira de Azeméis - PLANTA ZONAMENTO

REGULAMENTO

(aplicável ao zonamento inserido na Figura 6)

Zonas de Equipamentos

Artigoº - Âmbito, Objetivos e Identificação

1. *As zonas de equipamentos são áreas destinadas à instalação de equipamentos de interesse e utilização coletiva, nomeadamente de educação, desporto, cultura, terceira idade, saúde, apoio à família, proteção civil e segurança.*
2. *Estas zonas incluem equipamentos existentes, a manter, e áreas destinadas à instalação de novos equipamentos ou à ampliação dos existentes.*
3. *As zonas equipamentos, delimitadas na Planta de Zonamento, são identificadas por caracteres alfanuméricos iniciados pela letra “E”.*

Artigoº - Regras Gerais

1. *A construção de novos equipamentos subordina-se às seguintes regras:*
 - a) *Deve ser precedida de estudo urbanístico, expressamente aprovado pela CMOA, que evidencie as articulações formais e funcionais dos equipamentos a instalar com a área envolvente;*
 - b) *Deve garantir a existência de estacionamento com capacidade adequada aos usos previstos;*
 - c) *Deve, quando possível, incluir espaço verde com área não inferior a 20% do terreno;*
 - d) *A cércea máxima dos edifícios não deve exceder os 9,5m, exceptuando situações tecnicamente justificadas;*
 - e) *Em cada uma destas zonas pode ocorrer a instalação de outros usos, desde que complementares do equipamento e não ocupem mais de 10% da área delimitada na planta de zonamento.*
2. *A transformação e ampliação dos equipamentos existentes deve, sempre que possível, cumprir o disposto no número anterior.*

3. *Sendo definidos programas indicativos no artigo seguinte, estes podem sofrer alterações em função do desenvolvimento da Cidade, sendo que tais decisões devem considerar a globalidade dos equipamentos de cada Unidade Territorial, procurando a maximização de recursos.*

Artigoº - Programas Específicos

Para cada uma das zonas de equipamento, são definidos, de forma indicativa, os seguintes programas de utilização, organizados por Unidades Territoriais (UT):

1. *UT Santiago de Riba-Ul:*
 - E1.1. Área afeta a polidesportivo e a afetar a centro de convívio (projeto);*
 - E1.2. Área afeta à Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul;*
 - E1.3. Área afeta a cemitério;*
 - E1.4. Área a afetar a creche (atual jardim-de-infância) e a centro de dia com serviço de apoio domiciliário;*
 - E1.5. Área afeta a igreja e salão paroquial;*
 - E1.6. Área a afetar a EB1 e jardim-de-infância;*
2.

Zonas Terciárias T2 e T3

1. *As zonas terciárias caracterizam-se por banda edificada confrontante com alargamento de espaço público, cujo rés-do-chão se destina a funções terciárias.*
2. *Número de pisos no alçado confrontante com o alargamento de espaço público:*
 - a) Zona T2: 2 pisos;*
 - b) Zona T3: 3 pisos*

Percursos e Espaços Pedonais

1. *Os Percursos Pedonais*
2. *Os Espaços Pedonais constituem pontos de encontro e de estadia das pessoas, estando associados a funções terciárias, equipamentos e/ou zonas verdes.*

Estrutura Ecológica

Artigoº - Verde Terreiro (VT)

1. O Verde Terreiro tem funções lúdicas, de estadia e/ou de estacionamento, necessariamente associadas a funções confrontantes.
2. Pode ser público ou privado, neste caso integrado nos lotes confrontantes e com ónus de utilização pública.
3. Deve ser fortemente arborizado e não apresentar muros ou outras barreiras à utilização pública.

Artigoº - Verde Urbano (VU)

1. O Verde Urbano tem funções ambientais e lúdicas de estadia informal.
2. Deve integrar o domínio público.
3. Deve articular-se funcionalmente com zonas confinantes e integrar, sempre que possível, percursos pedonais de atravessamento.
4. Deve ser fortemente arborizado, podendo incluir instalações de apoio e/ou animação, sendo que a superfície a impermeabilizar em cada área intervencionada não pode ultrapassar 5%.

Artigoº - Verde Proteção (P)

1. O Verde Proteção tem funções ambientais ou de proteção de infraestruturas, devendo ser arborizado ou agricultado.
2. Pode ser público ou privado, sendo desejável que, quando seja privado, constitua logradouro de lotes urbanos.
3. Não pode ser edificado, salvo o referido em 4, nem utilizado para armazenamento ao ar livre.
4. Os edifícios existentes podem ter obras de conservação, alteração ou ampliação, neste caso apenas quando delas necessitem para serem dotadas de condições de habitabilidade.

Artigoº - Solo Rural Complementar (R)

1. O Solo Rural Complementar destina-se a uso agrícola e/ou florestal, contribuindo para a valorização ambiental da Cidade.
2. Não são permitidas

IEP – 27 - Articulação de centros locais de Almeu e Escaravilheira



1. Programa:

- Urbanização de eixo estruturante de Almeu/Escaravilheira, garantindo sequência viária e construção adjacente (dominantemente habitação e zonas terciárias);
- Criação de centro local de Almeu, com alargamento de espaço público, criação de área verde, construção de frente com funções terciária e habitacionais e aquisição de faixa de terreno para futuro cemitério;
- Criação de centro local de Escaravilheira, com alargamento de espaço público, criação de área verde, construção de frentes com funções terciária e habitacionais e de equipamentos (creche, centro de dia, e pequeno campo de jogos).

2. Orientações executórias:

- Unidade(s) de Execução por Imposição Administrativa.

3. Financiamento:

- Os proprietários, que ficarão na posse de lotes, disponibilizam o terreno, sendo a construção das infra-estruturas e da área verde a cargo da CMOA (estimativa: 420 mil euros);
- A CMOA suporta 50% do custo da construção dos equipamentos (creche, centro de dia, e pequeno campo de jogos) (estimativa: 337 mil euros), sendo o restante a cargo de instituições.

Identificação	Quantidade	Obra		Terreno		Investimento Municipal (hipótese)
		Custo unitário (€)	Custo (€)	Área (m²)	Custo (€)	
Vias distribuidoras ¹	516 ml	640	330.240	10.449	0	330.240
Verde a criar ¹	8.939 m²	10	89.390	8.939	0	89.390
Sub total						419.630
Centro de dia ¹	1	265.000	265.000	700	0	132.500
Creche ¹	1	234.000	234.000	600	0	117.000
Pequeno campo de jogos ¹	1	175.000	175.000	2.100	0	87.500
Sub total						337.000
TOTAL						756.630

1. Terreno obtido por cedência

Figura 7: PU de Oliveira de Azeméis

FICHA RELATIVA A INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Pais (2005), *Modelos de Planeamento de Equipamentos Colectivos: aplicação à Rede Educativa de Condeixa-a-Nova* (<http://www.mat.uc.pt/~lnv/oad/antunes.ppt> em Agosto de 2008)
- ASCHER, François (1998) *Metapolis, acerca do futuro da cidade*, Celta Editora, Oeiras
- BONFIM, Catarina de Jesus e SARAIVA, Maria Eugénia (1996), *Centro de Dia*, Colecção Guiões Técnicos n.º 8, Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação da Direcção-Geral da Acção Social, Lisboa
- Câmara Municipal de Lisboa (2006), *Carta Municipal de Equipamentos Desportivos*, CML, Lisboa (http://pdm.cm-lisboa.pt/rev_est6.html em Junho de 2008)
- Câmara Municipal de Esposende/ Jorge Carvalho (2005), *Análise Equipamentos Colectivos do Plano de Urbanização da Foz do Cávado*
- Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis/ Jorge Carvalho (2007), *Relatório e Programa de Execução do Plano de Urbanização da Cidade de Oliveira de Azeméis*
- CAMPOS, Victor (1993), *Negociação Urbanística, Modernização Administrativa e Licenciamento Municipal*, LNEC, Lisboa
- CARVALHO, Jorge (2007A), *Mobilidade versus Ordenamento da Cidade*, in Revista Construção Magazine, n.º 19, Publindústria, Porto
- CARVALHO, Jorge (2007B), *Organização de Unidades de Execução*, in Revista Direito Regional e Local, n.º 02, pp. 33-40, Centro de Estudo Jurídicos do Minho, Braga
- CARVALHO, Jorge (2007C), *Audição Parlamentar sobre Perequação Urbanística*, in Revista Poder Local, n.º 147
- CARVALHO, Jorge (2003), *Ordenar a Cidade*, Quarteto, Coimbra
- CARVALHO, Jorge; Oliveira, Fernanda Paula (2003), *Perequação, Taxas e Cedências*, Almedina, Coimbra

- Comissão das Comunidades Europeias (2007), *Livro Branco sobre Uma estratégia para a Europa em matéria de problemas de saúde ligados à nutrição, ao excesso de peso e à obesidade*, Bruxelas (<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11542c.htm> em Agosto/2008)
- CORDEIRO, António M. Rochette (coord.) (2007), *Atlas Desportivo da Lousã*, Centro de Estudo Geográficos, Coimbra (retirado de http://www.cm-lousa.pt/desp_juv/carta_desp.htm em Agosto de 2008)
- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2002), *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Colectivos*, DGOTDU, Lisboa
- Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (1998), *PDM Georeferenciação de Áreas Urbanas, Turísticas e Industriais*, Colecção Informação, DGOTDU, Lisboa
- Direcção Geral dos Desportos (1978), *Manual de construção de instalações desportivas*, Direcção Geral dos Desportos, Lisboa
- DOMINGUES, Álvaro (2003), *A Cidade-Providência*, in Revista Sociologia, Série I, Vol. 13, 2003, pp. 171 a 183) (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8481.pdf> em 07/ 2008)
- GUERRA, Paula (2003), *A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para uma abordagem de um objecto complexo*, in Revista da Faculdade de Letras: Sociologia, série I, vol. 13, pág. 69 a 119 (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8432.pdf> em 07/2008)
- Instituto Nacional de Estatística (2009), *Projeções da População Residente em Portugal, 2008-2060*, publicação disponibilizada no portal em 19/03/2009 Lisboa (<http://www.ine.pt>)
- LOBO, Manuel da Costa et al (1996), *Normas Urbanísticas*, Vol. II, DGOTDU, Lisboa
- LÔBO, Margarida Souza (1995), *Planos de Urbanização à época de Duarte Pacheco*, FAUP, Porto
- LYNCH, Kevin (1999), *A Boa Forma da Cidade*, Edições 70, Lisboa

- LYNCH, Kevin (1960), *Imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa
- Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território/Direcção Geral do Ordenamento e do Desenvolvimento Urbano (2006), *Os Equipamentos Desportivos e o Território* – comunicação em Congresso do Desporto (http://www.congressododesporto.gov.pt/ficheiros/Dia51_Ora112.pdf em Setembro de 2008)
- Ministério da Educação (2007), *Educação e Formação em Portugal*, Ministério da Educação, Lisboa (retirado de www.gepe.min-edu.pt em Junho de 2008)
- Ministério da Educação/ Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento (2000), *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa*, Ministério da Educação, Lisboa (retirado de <http://www.cm-mirandela.pt/files/18/1830.pdf> em Junho de 2008)
- Ministério das Finanças e do Plano/ Centro de Estudos de Planeamento (1978), *Equipamentos Colectivos* – Volume V, Ministério das Finanças e do Plano, Lisboa
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social/ Gabinete de Estratégia e Planeamento (2006), *Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa (retirado de <http://www.cartasocial.pt/> em Junho de 2008)
- Ministério da Saúde/ Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde (2006), *Orientações para instalações e equipamentos para Unidades de Saúde Familiar*, Ministério da Saúde, Lisboa (retirado de <http://www.mcsp.min-saude.pt> em Junho de 2008)
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social/ Instituto da Segurança Social (2006), *Plano Nacional de Acção para a Inclusão*

Social 2006 – 2008, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa (retirado de <http://www.mtss.gov.pt/> em Julho de 2008)

- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social/ Direcção Geral da Solidariedade e Segurança Social (2004), *Circular de Orientação Técnica n.º 11 - Sistema de Acção Social - Regime da Cooperação*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa (retirado de www.seg-social.pt/ em Junho de 2008)
- MUMFORD, Lewis (1982), *A Cidade na História. Suas Origens, Transformações e Perspectivas*, Editora Universidade de Brasília, Brasília.
- Organização Mundial de Saúde (2004), *Global Strategy on Diet, Physical Activity and Health* (http://www.who.int/dietphysicalactivity/strategy/eb11344/strategy_english_web.pdf em Junho de 2008)
- PACHECO, Elsa (2003), *As distâncias em áreas de baixa densidade de ocupação territorial*, in Revista da Faculdade de Letras – Geografia, I série, vol. XIX, Porto, pp. 173 – 179. (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/338.pdf> em Agosto de 2008)
- PIRES, Rosa (1995), *Teoria e Método em Planeamento*, Universidade de Aveiro
- PORTAS, Nuno et al (2003), *Políticas Urbanas - tendências, estratégias e oportunidades*, Fundação Calouste Gubenkian, Lisboa, p. 88
- Programa Operacional Temático Valorização do Território 2007-2013 (2007), *Regulamentos Específicos: Equipamentos Estruturantes do Território Nacional, Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano e Infra-estruturas e Equipamentos Desportivos* (retirados de <http://www.povt.qren.pt> em Agosto de 2008)
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (2008), *Regulamento – Rede de Equipamentos Culturais* (retirado de <http://www.qren.pt> - Regulamentos Específicos do PO Regional do Centro, em 08/2008)

- TUDOR-LOCKE, C., e BASSETT, D.R. Jr. (2004), *How Many Steps/Day Are Enough? Preliminary Pedometer Indices for Public Health*, Sports Medicine, 34(1): 1-8 (Resumo consultado em <http://pt.wkhealth.com>, em Agosto de 2008)

LEGISLAÇÃO

Território

- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro
- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro
- Código das Expropriações – Lei n.º 168/99, de 15 de Setembro

Administração Local

- Atribuições e Competências dos Municípios - Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro
- Lei das Finanças Locais - Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro
- Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento dos municípios e das freguesias - Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro
- Regime Jurídico do Associativismo Municipal - Lei n.º 45/2008 de 27 de Agosto

Educação

- Conselhos Municipais de Educação e Carta Educativa - Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro
- Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro

- Despacho nº 5106-A/2012, de 12 de abril (normas relacionadas com as matrículas, distribuição de alunos por escolas e agrupamentos, regime de funcionamento das escolas e constituição de turmas)
- Recomendação nº 4/2011, de 26 de abril (sobre o reordenamento escolar: a dimensão das escolas e a constituição de agrupamentos)
- Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010, de 14 de junho (orientações para o reordenamento da rede escolar)
- Lei nº 85/2009, de 27 de agosto (regime de escolaridade obrigatória para crianças e jovens que se encontrem em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade)

Desporto

- Lei de Bases do Desporto - Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho
- Tipologias de Equipamentos e Espaços desportivos a implantar nas urbanizações - Despacho Normativo n.º 78/85 de 21 de Agosto

Ação Social e Saúde

- Rede Social - Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho
- Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – Portaria n.º 426/2006 de 2 de Maio
- Normas Reguladoras das Condições de Instalação e Funcionamento das Creches com Fins Lucrativos – Despacho Normativo n.º 99/89, de 27 de Outubro
- Portaria nº 262/2011, de 31 de agosto (normas reguladoras das condições de instalação e de funcionamento da creche)
- Regime de criação, organização e funcionamento dos Centros de Saúde - Decreto-Lei n.º 157/99, de 10 de Maio
- Agrupamentos de Centros de Saúde - Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro

SITES CONSULTADOS

- Portal do Governo - www.portugal.gov.pt/
- Quadro de Referência Estratégico Nacional - www.qren.pt/
- Plano Operacional Valorização do Território - www.povt.qren.pt/
- Ministério Educação: www.min-edu.pt
- Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo
<http://www.giase.min-edu.pt/>
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação - www.gepe.min-edu.pt/
- Programa Nacional de Requalificação da Rede do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar - www.centroescolar.min-edu.pt/
- Congresso do Desporto - www.congressododesporto.gov.pt/
- Instituto do Desporto de Portugal - www.idesporto.pt/
- Listagem de Instalações Desportivas da Freguesia de Alcabideche
<http://www.cm-cascais.pt/NR/rdonlyres/59DDoFFD-878B-4063-88A3-DC2A88CE65D/230/INstALCabi.pdf>
- Carta Social - www.cartasocial.pt/
- Segurança Social - www.seg-social.pt/
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social -
<http://www.mtss.gov.pt/>
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão - <http://www.pnai.pt/>
- Portal da Saúde - www.portaldasaude.pt/
- Missão para os Cuidados de Saúde Primários - <http://www.mcsp.min-saude.pt>